

**Ata da 4.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia da  
União de Freguesias de Cascais e Estoril**

# ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASCAIS E ESTORIL

Rua de Santa Rita, 45

2765-281 ESTORIL

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Rua de Santa Rita, 45, Estoril, uma **Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril**, convocada nos termos legais, e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CASCAIS E ESTORIL, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025;
- PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DE INSTALAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA FREGUESIA;
- PONTO 3 – APROVAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2026;
- PONTO 4 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA 226/2025 – ADENDA AO ACORDO DE PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF) PARA O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A JFCE – ANO LETIVO 2025-2026;
- PONTO 5 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA 237/2025 – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A JUNTA DE FREGUESIA DE CASCAIS E ESTORIL E A EMPATHY VOICES, LDA.;
- PONTO 6 – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA;
- PONTO 7 – INFORMAÇÃO ESCRITA E FINANCEIRA DO PRESIDENTE DA JUNTA.

A sessão foi presidida pelo seu Presidente, Senhor Dr. Manuel Basílio de Castro, e secretariada pelos senhores António Manuel da Silva e Patrícia Cristina Martins Salgueiro, 1.º e 2.ª Secretários da Mesa, respetivamente.

Participaram, em conformidade com a "Lista de Presenças", para além dos acima mencionados, os seguintes Membros da Assembleia:

- Manuel Ramos Lopes (PPD/PSD)
- Vasco Prata Palha (PPD/PSD)
- Maria Gabriela de Viterbo Pitta Gouveia (PPD/PSD)
- Bruno Manuel Garcia Aragão Andrea Soares (PPD/PSD)
- João Guimarães Martins (CDS-PP)  
(*Em substituição de João Miguel Gomes de Almeida Telles Ferreira*)
- Luís Miguel Ferreira Lima (CDS-PP)
- Nuno Miguel Reihnard Quartin (JONET)
- Teresa Costa Campos Lopes Alves de Noronha (JONET)
- João Paes de Sande e Castro (JONET)
- Maria Ana de Telles Machado Morais de Barros (JONET)
- Duarte de Andrade Mendes de Abreu Loureiro (CHEGA)
- Duarte Manuel Santos Margarido Rei (CHEGA)
- Bruna Rodrigues Vicente (CHEGA)
- Maria João Fialho Gouveia (PS)
- Diogo Maria de Espinhal Torres (PS)
- Álvaro da Costa Cabral e Gil (IL)
- Carlos Manuel do Carmo Martins Mesquita (IL)
- Ana Filipa Alfaia Marques Abraham-James (LIVRE)

Depois de declarada aberta a sessão, os trabalhos decorreram como se descreve em seguida.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Ora, boa noite.

Vamos dar início à nossa Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cascais e Estoril.

Em primeiro lugar, deixem-me cumprimentar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, e cumprimentar todos os membros do Executivo, cumprimentar todos os membros da Assembleia, de todos os Partidos, e cumprimentar o público presente.

Hoje é a nossa primeira sessão, e como sabem, a nossa sessão é gravada na íntegra.

Portanto, eu vou passar a ler a nossa convocatória, para que fique registada na íntegra, assim como vos vou solicitar, sempre que tomarem a palavra, carregar no botão para ficar a luz vermelha, e depois identificarem-se, assim como com o vosso Partido, ou a vossa coligação, que entenderem correto.

*“Convocatória da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril.*

*Nos termos da alínea d) do art.º 14.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dando cumprimento ao disposto no art.º 11.º da mesma Lei, convoca-se para a 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril, a realizar no dia 18 de dezembro de 2025, pela vinte e uma horas, na Rua de Santa Rita, 45, Estoril, com a seguinte ordem de trabalhos:*

- 1) Aprovação da ata da 3.ª reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, realizada em 17 de setembro de 2025;*
- 2) Aprovação da Ata de Instalação dos Órgãos da Freguesia;*
- 3) Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026;*
- 4) Ratificação da Proposta 226/2025 – Adenda ao acordo de parceria para o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Componente de Apoio à Família (CAF) para o 1.º ciclo do ensino básico entre o Município de Cascais e a JFCE – Ano letivo 2025-2026;*
- 5) Aprovação da Proposta 237/2025 – Celebração de protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia de Cascais e Estoril e a Empathy Voices, Lda.;*
- 6) Proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia de Freguesia;*
- 7) Informação escrita e financeira do Presidente da Junta.”*

Quero também dar nota à Assembleia de que, neste momento, como sabem, a nossa Assembleia é composta por vinte e um (21) membros. Neste momento, temos vinte (20) membros presentes, faltando ainda um elemento. Por acaso, é o único que está em substituição, que é do CDS, decorrente da falta de João Miguel Gomes de Almeida Telles Ferreira, que se encontra substituído por João Guimarães Martins, que neste momento está ausente. Portanto, neste momento na Assembleia estão vinte e um (21) membros.

Se me permitem, além de vos desejar umas boas-vindas, desejar-vos um bom trabalho autárquico, e um bom trabalho em prol dos fregueses da nossa freguesia, da União de Freguesias de Cascais e Estoril, e desejar a todos um bom trabalho, e os maiores sucessos nesse vosso trabalho.

A nossa Assembleia tem um Regimento próprio, que é um Regimento já feito de acordo com aquilo que era o Regimento anterior da Assembleia de Cascais e da Assembleia do Estoril, quando foi feita a União de Freguesias. Não tem sido necessário, de forma nenhuma, para regularizar os nossos trabalhos, não tem sido necessário o seu uso, porque, felizmente, as reuniões da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril têm decorrido sempre dentro de grande harmonia, de grande disponibilidade e de grande compreensão de todos os elementos, local este que é uma instituição – neste momento, é uma instituição pública da nossa freguesia, da Assembleia – que nos merece todo o respeito e toda a consideração, e em que todos temos o direito de usar da palavra, de dizer as nossas opiniões, dizer aquilo que pensamos, fiscalizar, no fundo, os trabalhos da Junta de Freguesia, que é esse o nosso papel, e colaborarmos todos para que a nossa freguesia melhore as suas condições, daquilo que é, no fundo, o apelo e as sensibilidades de todos os nossos fregueses.

É evidente que todos nós sabemos e pensamos que todos nós temos as verdadeiras respostas para os problemas, mas temos aqui um quadro de representatividade, cada um representa os votos daqueles que nos elegeram, e é esse voto que nos permite ter a nossa opinião, e expressar a nossa opinião. E aqui é um fórum livre, em que todos têm o direito de exprimir a sua opinião.

Isto não impede que haja regras, que não tenhamos de, de certa forma, ir fazer isto de uma forma organizada.

Já agora, uma pequena explicação também: hoje é uma Assembleia ordinária, as Assembleias ordinárias são compostas por três partes, isto é, um período aberto a perguntas do público, que queira tomar a palavra sobre assuntos relativos à freguesia. Para isso, agradeço que se estiver alguém do público que queira tomar a palavra, ó agora a altura para se inscrever. Depois, temos o Período de antes da ordem do dia, que é o período aberto a que todos os membros da Assembleia queiram tomar a palavra, para solicitar explicações à Junta, solicitar informações, ou sobre tudo aquilo que quiserem intervir – isto é, desde que haja moções, votos de pesar, votos de felicitações, etc., é este o período em que devem ser apresentados, e em que cada Partido, ou cada Grupo Parlamentar, expressa os seus considerandos sobre essas mesmas moções, ou sobre esses pareceres. Depois, serão votados, no fim do período de antes da ordem do dia. Seguidamente, segue-se o Período da ordem do dia, que são aqueles pontos que eu acabei de ler, e que constam da convocatória e do edital que foi publicado.

Por outro lado, queria dizer-vos também que tem sido norma da Assembleia de Freguesia que as reuniões sejam feitas alternadamente, em Cascais e no Estoril. Esta hoje é no Estoril, porque a última foi em Cascais. Portanto, a próxima será em Cascais, e assim sucessivamente.

Depois, também agradecia, que ainda não tenho a lista dos porta-vozes completa – principalmente falta-me o porta-voz do PSD, do CDS, do Chega e da Iniciativa Liberal. Quando puderem, depois, agradecia que me transmitissem, para que isso fique registado.

Penso que não tenho mais nenhuma nota a expressar.

Não havendo também inscrições do público para tomar a palavra, vou passar, então, à abertura de inscrições para o **Período de antes da ordem do dia**.

O António Silva, do Partido Socialista, quer tomar a palavra. Agradeço que se dirija ao púlpito.

**--- António Silva (PS) ---**

Quero cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, quero cumprimentar o Sr. Presidente da Junta e todos os membros, cumprimentar os colegas também da Assembleia, e o público que nos está a ouvir.

Eu queria trazer aqui algumas questões da própria freguesia.

E uma das questões, queria pedir a intervenção do Sr. Presidente da Junta sobre a limpeza da Ribeira da Amoreira, que há muito tempo andamos a solicitar que a mesma seja limpa, que se deu esta inundação, como sabem, muito grave. Por quê? Porque também junto aos antigos Alunos Salesianos, há uma obra da Águas de Cascais, aquelas terras foram colocadas no leito do rio, e veio todo aquele lixo por ali abaixo, e como sabem, vai dar à praia ali do Monte Estoril e Cascais, que eu costumo chamar Praia das Moitas, e veio aí dar. E com esse lixo, inundou toda aquela parte.

E eu acho que é necessário que a Junta faça pressão sobre a Câmara para limpar o leito da ribeira, principalmente esta, que tem estado com alguns problemas.

Outra das situações é no Casal Queimado, é costume aquelas vivendas ali à volta colocarem lixo, a Cascais Ambiente vai recolhendo, no outro dia já lá está lixo, e aquilo fica com um aspeto, para quem sai da autoestrada, extraordinariamente degradante.

E outra questão, esta há anos que ando a pedir, foi retirado, aquando da tal história de se retirar os autocarros da Torre, o 404, agora é o M-04, da MobiCascais, só que na Rua das Caravelas e na Rua da Torre deixou de haver, junto, por exemplo, ao LIDL, uma paragem de autocarros coberta, as pessoas estão ali à chuva e ao vento, e é desagradável. E a paragem que havia na Rua das Caravelas também foi substituída. Peço que o Sr. Presidente tente que elas sejam recolocadas.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Dou a palavra a Sande e Castro, da Coligação “Viver em Cascais”.

**--- João Sande e Castro (JONET) ---**

Obrigado, Sr. Presidente. Começar por felicitar todos os eleitos, o Executivo da Junta, felicitá-lo também pela introdução pedagógica que fez, que eu acho que é importante para os novos eleitos, que muitos são novos autarcas, e são novos nestas andanças, e é muito útil, e acho que é sempre importante essa parte de as pessoas poderem ter esse conhecimento de como funciona a Assembleia, e de como funcionam esses períodos.

Mas, a minha intervenção hoje aqui, neste período de antes da ordem do dia, era sobre o falecimento de Guilherme Parente. Faleceu na noite passada Guilherme Parente, que foi um dos grandes pintores do período contemporâneo. Foi um pintor que viveu toda a sua vida em Cascais, toda a sua vida na Freguesia de Cascais – agora Freguesia de Cascais e Estoril, mas na parte de Cascais da freguesia – reconhecido internacionalmente, é por todos reconhecido, por todas as pessoas dos meios artísticos da pintura, reconhecido como um dos grandes pintores nacionais, um dos grandes vultos das artes plásticas nacionais. Expôs não apenas em Portugal, mas na Europa, no Japão, na China, em Goa, por todo o mundo, teve um grande reconhecimento internacional. Faleceu na noite passada.

E nesse sentido, vinha sugerir que a Junta se associasse ao luto, eventualmente enviando um ramo de flores, eventualmente no futuro até considerando a possibilidade de atribuir um nome na toponímia da freguesia, porque é bem merecido. É, de facto, um dos grandes vultos desta freguesia, e faleceu na noite passada. O funeral vai ser apenas no sábado.

E portanto, seria talvez um gesto simbólico importante também a Junta manifestar o seu pesar pelo falecimento desta pessoa.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Sande e Castro, do “Viver em Cascais”.

Já agora, penso que é oportuno, que na altura não disse, que é o seguinte: a gravação da nossa sessão, da nossa Assembleia, é feita na íntegra. Depois, vão receber, para a próxima sessão, dentro dos documentos, vão receber a cópia integral da ata. Se notarem algum erro, às vezes alguma expressão mais infeliz, alguma transcrição que não esteja correta, na sessão seguinte têm oportunidade de, automaticamente, ao tomarem a palavra, corrigirem o erro da reunião anterior.

E portanto, nós vamos assim protelando e fazendo correções, sem estar a alterar a ata anterior. Portanto, na segunda ata corrigimos automaticamente a ata anterior, porque a transcrição é completa.

Dou a palavra agora ao Vasco Palha, do PSD.

**--- Vasco Palha (PSD) ---**

Sr. Presidente da Mesa, em si cumprimento todos os restantes membros da Mesa. Desejo um ótimo mandato a todos. Sr. Presidente da Junta de Cascais e Estoril, cumprimento-o a si e ao restante Executivo aqui presente, desejo-vos um ótimo mandato para todos os Cascalenses, esperemos que sim. Caros membros da Assembleia, nesta minha primeira intervenção também vos desejo votos de um bom mandato, e que possamos colaborar todos para o bem da freguesia. Caros munícipes aqui presentes.

Cascais e Estoril é uma freguesia de proximidade, de presença no terreno, de inovação, de bem-estar e de qualidade de vida. No entanto, sabemos que há problemas para resolver. Muitos deles não dizem respeito diretamente às competências da Junta de Freguesia, mas, ainda assim, o Executivo – e particularmente cumprimento o Sr. Presidente – tem procurado mostrar resolver problemas, como é o caso da mais recente petição lançada para a revisão do “Licenciamento Zero”.

Saúdo o Executivo, em nome do Sr. Presidente, pela coragem de procurar fazer aquilo que muitos proclamavam na comunicação social, mas que nada faziam de concreto para dizer o óbvio. Um licenciamento que nada licencia não é modernidade, é abandono. Política pública que ignora a realidade do terreno não é descentralização, é cegueira administrativa.

Se o “Licenciamento Zero” cria centros históricos, de porta aberta, mas de vida fechada, então não serve Cascais, não serve os Cascalenses, não serve o desenvolvimento económico e social, e também não serve Portugal.

E por isso, esta Lei está presa no passado e deve ser revista, para dar maior poder de decisão às autarquias. São elas que conhecem o território, a identidade dos seus centros históricos, as pessoas, o comércio local, e os seus problemas reais.

E nesta ocasião, faço um apelo ao Sr. Presidente da Junta, para continuar a contactar com os autarcas pelo país, para reunir mais apoios e fazer o possível para que esta Lei seja, de facto, revista e aprovada pela maioria na Assembleia da República.

Este é um problema real, que afeta o dia a dia de todos, mas deve ser analisado com bom senso, com moderação, sem populismos, e com responsabilidade.

E gostava ainda de reforçar muito do trabalho que foi feito por este Executivo desde que tomou posse, em pouco tempo, desde a iluminação das luzes de natal no interior da nossa freguesia, em locais como o Livramento, a Areia, a Quinta da Carreira, o Monte Estoril, nestes quatro locais com presenças musicais da freguesia, o Coral das Vozes do Estoril, o Coro Infantil, e muitos outros.

E para além disto, a atribuição de trinta e três bolsas de mérito a trinta e três jovens residentes na freguesia, que obedeceu a um regulamento que premia jovens de dezassete valores para cima.

E por último, mas não menos importante, a requalificação do Bosque do Alto dos Gaios, fundamental para a população, não só do Alto dos Gaios, mas para toda a comunidade residente de Cascais e Estoril.

E como membro da Assembleia de Freguesia – mesmo para terminar, Sr. Presidente – constato que este Executivo está a dar os seus primeiros passos, neste novo mandato, com uma nova liderança, com uma vontade renovada de fazer acontecer em Cascais e Estoril, e este será certamente um mandato positivo – esperamos todos – de proximidade e de muito trabalho em prol de todos os fregueses.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Vasco Palha, do PSD. Dou a palavra a Ana Filipa, do Partido Livre.

**--- Ana Abraham-James (Livre) ---**

Boa noite. Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, os restantes membros da Mesa, os Srs. Representantes dos Partidos políticos, o Sr. Presidente do Executivo, os membros do Executivo e o público aqui presente.

Reitero o que afirmei no discurso de instalação, a minha atuação neste órgão será pautada por uma postura colaborativa, aberta e dialogante.

E aproveitando o período de antes da ordem do dia, e na sequência de reuniões que tivemos com a representante da Associação de Moradores de Birre, Pampilheira e Quinta da Torre, e com o Diretor de Operações do King's College de Cascais, gostaria de destacar três pontos de consenso que reuniram o acordo da escola e da comunidade local, e que, no nosso entendimento, podem beneficiar toda a zona, carecendo, contudo, da intervenção articulada entre a Junta de Freguesia e a Câmara.

Portanto, o primeiro ponto é relativamente ao terreno que irá ser cedido pelo King's College à Câmara Municipal de Cascais. Sugere-se a sua transformação num microparque, ou numa pequena floresta urbana, adaptada às alterações climáticas, e com uma forte componente educativa. Este espaço poderia ser mantido pelo próprio King's College, com o envolvimento ativo dos seus alunos, e aberto à comunidade, e acrescentando, em conversa com eles, com recetividade positiva, a possibilidade de os alunos participarem não só na manutenção, mas também no planeamento do espaço, articulando disciplinas como artes, desenho e ciências naturais, em colaboração com os técnicos paisagistas da Câmara Municipal.

Trata-se de um projeto com elevado valor ambiental, pedagógico e comunitário.

Segundo ponto, a questão do estacionamento indevido sobre os passeios por alguns encarregados de educação do colégio, nomeadamente na Rua Cesário Verde e na Rua Dr. Manuel António Costa Matos. Apesar de já existir estacionamento dentro da escola, e esta desenvolver um esforço contínuo de sensibilização e educação junto dos encarregados de educação, a escola não dispõe, naturalmente, de poderes de fiscalização em via pública. A situação é preocupante, as crianças pequenas circulam entre

viaturas de grandes dimensões, muitas delas elétricas, e portanto, silenciosas. É um risco sério e iminente, e não podemos esperar que ocorra uma tragédia.

A escola pede, os moradores pedem, e considero legítima a instalação de pilaretes em troços específicos dos passeios, de forma a garantir a segurança pedonal.

Terceiro e último ponto, a insuficiência de ecopontos e de ilhas ecológicas naquela zona. Existe um novo ecoponto na Rua Dr. Manuel António Costa Matos, mas esse atinge rapidamente a capacidade máxima. A situação tenderá a agravar-se com a conclusão iminente de dois novos condomínios. Na Rua Cesário Verde e área envolvente não existe qualquer ecoponto. Solicita-se, por isso, a instalação de um ecoponto junto à entrada da escola – entrada antiga, na Rua Cesário Verde. Caso não seja possível criar uma ilha ecológica completa, a escola manifesta disponibilidade para assumir a responsabilidade pela colocação de contentor, solicitando apenas que seja assegurada a recolha regular do papel e cartão.

Portanto, são pedidos, penso eu, razoáveis, sustentados, e que correspondem simultaneamente a preocupações ambientais, de segurança e qualidade de vida.

Espero que tenham, por isso, a devida atenção.

Obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Filipa Marques, do Partido Livre. Dou a palavra a Manuel Ramos Lopes, do PSD.

**--- Manuel Lopes (PSD) ---**

Boa noite, Sr. Presidente. Muito obrigado por me ter dado a palavra. Felicito também o Executivo e o Sr. Presidente, e todos os eleitos, com votos de um bom trabalho durante o corrente mandato.

Eu ia pegar na última intervenção, da Filipa Marques, do Livre. Segundo julgo saber, não me compete a mim dar este tipo de informações, mas tenho ideia de que há uma associação de moradores, junto do King's College, que está a fazer uma negociação, tendo em vista estabelecer um protocolo com a Câmara, que aborda justamente alguns dos pontos que aludiu. Enfim, penso que isso estará em fase de finalização.

A segunda questão que queria levantar é relativamente, mais uma vez – na esteira, aliás, do que já fiz na Assembleia de Freguesia – saudar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia pela iniciativa relativa ao “Licenciamento Zero”, porque, de facto, acho que é uma excelente iniciativa. Nem toda a gente é unânime neste ponto, há pessoas que entendem que isto é uma forma de aumentar a burocracia, e eventualmente fazer algum tipo de condicionamento, mas é a medida possível. É melhor fazer isto, e é excelente que se faça alguma coisa, porque senão, de facto, não vamos conseguir. E, aliás, mesmo fazendo, obviamente não terá nenhum efeito sobre situações e direitos já adquiridos. Mas, de facto, tem de se fazer alguma coisa,

sob pena de a situação se degradar exponencialmente. E nós, de facto, temos o comércio do país todo com as mesmas tipologias, os mesmos produtos, o que é tudo menos diversidade.

Por último, na esteira da intervenção do eleito João Sande e Castro, de facto, é um artista plástico que faleceu aqui no concelho, acho que devíamos, de facto, fazer um voto de pesar, face ao seu falecimento, tanto mais que, quer a autarquia de Cascais tem dado algum relevo à cultura, a própria Junta, dentro dos reduzidos meios que tem, tem umas exposições temporárias que dinamiza, quer neste edifício, quer no edifício de Cascais. E portanto, acho que a cultura é sempre algo de enaltecer.

E portanto, era isto que eu ia peticionar, que se fizesse um voto de pesar.

Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Manuel Ramos Lopes.

Eu sugeria que o voto de pesar fosse apresentado por escrito, por quem entender. Foi primeiro o Sande e Castro, do “Viver em Cascais”, mas isso é indiferente, pode ser em conjunto.

Queria tomar a palavra? Não há mais ninguém, dou a segunda volta a Sande e Castro, do “Viver Cascais”, se faz favor.

**--- João Sande e Castro (JONET) ---**

Obrigado, Sr. Presidente.

Não é exatamente sobre o voto de pesar, mas, naturalmente, estaremos disponíveis para apresentar um voto conjunto, com todas as forças que se queiram associar. E se o Sr. Presidente permitir, até poderia ser aqui oralmente. Por escrito? Com certeza, então faremos chegar no decurso da sessão uma proposta de voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Guilherme Parente.

Vinha apenas aqui dar uma nota, no fundo, do assunto que já foi levantado aqui por dois oradores que me antecederam, sobre a petição relativamente à revogação do “Licenciamento Zero”.

Bom, em primeiro, eu não considero a petição, em si, negativa. A petição tem uma grande vantagem de chamar a atenção para um problema que é grave, que afeta muitas cidades e vilas do país, e que, de facto, merece a atenção dos poderes públicos, das Câmaras, do Governo Central, naturalmente, dos Municípios, das Juntas, de todos os poderes com capacidade de decisão, que devem, de facto, tomar esse assunto em mãos, porque é, de facto, uma questão que é grave, e que afeta muitos centros urbanos deste país.

Quanto ao conteúdo, e quanto à solução, eu devo-vos aqui confessar que já tenho algumas dúvidas que isto possa ter algum efeito. E não falo sequer na questão de contrariar taxativamente o programa do Governo

atual, e o programa do Governo anterior, e do anterior, e do anterior, porque todos os Governos, nos últimos quarenta anos, tiveram no seu programa que queriam simplificar o acesso às atividades económicas, e portanto, desburocratizar o acesso às atividades económicas, isso está no programa do atual Governo, também desburocratizar o acesso às atividades económicas. E criamos um licenciamento extra para aceder a determinadas atividades económicas, por muito positivo que possa parecer, não deixa de contrariar o programa do Governo, e dos outros Governos que o antecederam, porque não foi apenas o "Licenciamento Zero" que isentou a capacidade dos Municípios de decidirem que tipo de comércio se podia instalar em cada loja; antes disso houve o Simplex, e antes do Simplex, já há muito tempo as Câmaras tinham perdido essa capacidade de decidir se uma pessoa pode abrir uma sapataria, ou pode abrir uma loja de roupa, ou pode abrir uma barbearia, ou pode abrir um outro negócio que não tenha uma especial relevância e impacto social, ou impacto na saúde das pessoas, ou impacto no ambiente. Já há muitos anos que assim acontece, já há muitos anos que os Municípios não têm essa capacidade de decidir que negócios se podem instalar em cada zona. E isso aí, é permitido ao mercado funcionar, e os negócios que têm mais capacidade de vingar, com certeza que vingarão, e os negócios que não tiverem essa capacidade de vingar, com certeza que fecharão.

E portanto, no fundo, este "Licenciamento Zero" pretende intervir nessas leis do mercado, ou por outra, a revogação do "Licenciamento Zero" pretende intervir nessas leis do mercado para passar a ser necessária uma autorização da Câmara Municipal, que pode demorar oito dias, pode demorar cem, para eu poder abrir, por exemplo, uma sapataria, ou uma boutique, ou outra loja qualquer, que não seja especificamente essa de *souvenirs*.

Portanto, tenho algumas dúvidas. Eu já fui mais liberal do que sou hoje, mas o meu liberalismo ainda chega aí, ainda chega a que o mercado deve funcionar, e que as lojas com sucesso devem continuar, e as que não têm compradores devem fechar. E isso, de facto, acho que é importante.

Naturalmente, isto também pode contrariar as diretivas comunitárias, sobretudo a diretiva de serviços. A diretiva de serviços é muito clara quando diz que os Governos e os Estados apenas podem pôr nova Legislação que crie burocracias à entrada, ou ao acesso a uma atividade económica, quando estiverem em questão causas de relevante interesse público, que estão associadas, ou a questões de saúde, ou questões ambientais, ou questões que, de facto, tenham um impacto sério e imediato na vida das pessoas. Aí, os Estados podem intervir e aprovar Legislação que dificulte, nesse domínio, o acesso às atividades económicas.

Mas, existe também uma outra questão, em termos práticos: é que, na verdade, mesmo que a Lei fosse aprovada hoje, isto apenas vai operar para o futuro. Todas as lojas que lá estão, e que estão com licença, só quando forem à falência é que poderão ser substituídas por outras.

Portanto, isto, para ter um impacto visível no meio urbano, se acreditarmos que efetivamente virá a ter, vamos esperar quinze, vinte anos, e talvez se comece a notar, pelo efeito da revogação desse

“Licenciamento Zero”, que, de facto, começou a haver uma evolução no meio comercial, e no meio urbano comercial das cidades, das vilas e dos centros históricos.

E portanto, digamos que isso não é imediato, hoje aprovamos a revogação do “Licenciamento Zero”, e a partir de amanhã vamos começar a ver uma mudança na cidade – ou uma mudança na vila, no nosso caso – e então, irá começar a evoluir o comércio noutro sentido. Não, vai demorar muitos anos, primeiro que se note alguma coisa. Todas as lojas que estão licenciadas vão continuar a estar licenciadas; todas as que estão a operar vão continuar a operar. Portanto, nada vai mudar nesse aspeto.

E sinceramente, eu acho que a solução para este problema – e aí, eu espero que esta petição não sirva para encobrir, ou para mitigar a solução que é, de facto, necessário tomar – tem de passar por outro campo, tem de passar por outras medidas. Não basta nós aprovarmos um decreto, e no dia seguinte acharmos que o país vai mudar, e que os centros históricos do país todo vão mudar. Não vão, não. As Câmaras têm de investir, as Câmaras têm de investir nos centros históricos, como se de centros comerciais se tratassem, conseguir atrair para aí lojas-âncora, conseguir atrair mais facilidade de acessos, conseguir pôr mais jardins, criar zonas mais agradáveis, zonas agradáveis para as crianças, para virem as famílias, apostar num investimento para conseguirmos recuperar os centros históricos. E não é com um decreto que nós vamos conseguir mudar isso, nos próximos vinte anos. Seria fantástico, seria fantástico se um decreto do Governo chegasse, se o Primeiro Ministro assinasse um decreto, e de imediato isto começasse a ter efeitos. Seria demasiado fácil governar. Não, é muito mais difícil, é muito mais difícil porque implica investimento, implica ir ao local, implica ter um plano como deve ser, de recuperação económica, e há empresas internacionais que fazem esses planos, e há casos de sucesso lá fora. Em Inglaterra, várias cidades apostaram em estudos e projetos de recuperação do comércio, e efetivamente o comércio começou a recuperar nessas zonas. Mas, implica muito investimento, muita dedicação, muito empenho, muita coordenação junto da Câmara, com certeza também com o Governo Central, mas há que liderar essas iniciativas.

Mas, pronto, não deixo de lhe dar os parabéns, porque pelo menos chamou a atenção para um assunto que era bastante relevante, que afeta muito esta freguesia, e afeta muitas cidades e vilas por este país.

O resultado, acho que é nulo. Mas, dou-lhe os parabéns por chamar a atenção para isso.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, João Sande e Castro, do “Viver em Cascais”. Dou a palavra a Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega.

**--- Duarte Loureiro (Chega) ---**

Muito boa noite, Sr. Presidente, à Mesa, aos efetivos da Junta aqui presentes, aos colegas e aos munícipes aqui presentes.

Eu queria só tocar neste ponto agora referido, a questão da petição do “Licenciamento Zero”, e responder aqui a algumas questões que eu acho que são importantes de ser abordadas.

Como é obvio, pelo menos representando o Chega, e pelo que eu penso, alguns Partidos aqui presentes, nós estamos muito interessados em desburocratizar todo o tipo de atividades económicas. No entanto, os tempos não são propriamente típicos, são claramente atípicos. E por isso, há uma questão a ser solucionada, há um problema recente a ser resolvido. E por isso, felicito a ideia da petição.

Outra questão que eu acho importante referir, que foi abordada, sim, pode até muito bem ir contra diretivas europeias, e até contra a orientação geral do Governo, mas é precisamente para isso que serve o Poder Local, é para fazer pequenas correções onde falha o Poder Central.

Por isso, uma vez mais, acho que é uma excelente ideia.

E concluindo, a questão do “Licenciamento Zero”, a questão da petição face ao “Licenciamento Zero” tem um ponto que é inevitável, e que, sim, corrige mais cedo do que até vinte anos, que é ir falando com as autoridades de fiscalização, percebendo isso rapidamente. Qualquer tipo de loja que seja multada, no dia seguinte tem uma licença nova e um nome novo, e por isso o problema é imediatamente sem fim, ficamos aqui num contínuo onde o problema nunca será resolvido. E por isso, temos um certo bloqueio, e uma possibilidade de, de facto, as autoridades poderem agir é algo muito importante.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Duarte Abreu Loureiro.

Neste momento, a Mesa não regista mais nenhuma inscrição. Se não houver mais nenhuma inscrição, eu dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para concluir este período de antes da ordem do dia.

**--- Presidente do Executivo ---**

Bem, de facto, após a nossa cerimónia de tomada de posse, esta é, efetivamente, a nossa Assembleia, de forma mais próxima, de forma mais íntima, se me permitirem. E por isso, Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, em si cumprimento toda a Mesa, Primeiro e Segundo Secretários, que, de facto, nesta primeira sessão, sem ser cerimonial, que todos os trabalhos decorram de forma especialmente produtiva e eficaz, ao longo deste mandato e dos próximos quatro anos. Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Executivo, minhas senhoras e meus senhores, público aqui presente.

Tal como também foi aqui referido por vários membros da Assembleia, permitam-me que comece por dar uma nota que considero essencial, nesta primeira Assembleia, que é reforçar aquilo que proferi precisamente no discurso de tomada de posse, mas agora, desta forma, congratular todos os Partidos

eleitos, todos os membros eleitos, pela forma como cada um conduziu a sua campanha, numa democracia local que vive de pluralidade, do debate, da capacidade de transformar diferenças em soluções.

E aquilo a que eu assisti no PAOD, no período de antes da ordem do dia, é um bom presságio disso mesmo, e dessa boa intenção, que eu acredito que podemos viver nesta Assembleia, enquanto plataforma de diálogo e espaço de construção de pontes entre visões políticas que, naturalmente, serão distintas, e poderemos vir a discordar, mas, acima de tudo, acho que estamos todos embebidos de um espírito de servir melhor a União das Freguesias.

E por isso, é mesmo nesse espírito que podem contar com um Executivo que é aberto, que é disponível, que é cooperante, e que vai estar certamente sempre atento às propostas que aqui venham a ser apresentadas, e sempre comprometido com respostas concretas aos desafios e às problemáticas da freguesia.

Dito isto, fui anotando aquilo que foram as intervenções de cada uma das Sras. e dos Srs. Deputados da Assembleia de Freguesia. Começaria precisamente pelo princípio, pelo Sr. Deputado António Silva, do Partido Socialista.

Limpeza da Ribeira da Amoreira: de facto, registou-se, e houve alguns vídeos que ficaram célebres nas redes sociais sobre aquilo que era a água que escoava, nomeadamente que dava para a estação do Monte Estoril. Mas, também quero destacar que houve, de facto, uma intervenção muito rápida da Câmara Municipal de Cascais, e nestas chuvas mais recentes, onde se verificou a situação das primeiras cheias, já não aconteceram. Isto foi graças a uma intervenção muito rápida, do ponto de vista urbanístico, do ponto de vista ambiental, onde foi encontrada uma solução, e esperemos que não volte a acontecer.

Houve zonas críticas nas primeiras chuvas, e houve zonas em que a rápida correção permitiu que não voltassem a acontecer. Essa foi uma delas.

A segunda foi que, em muitos anos, em que cada inverno o Teatro Experimental de Cascais é sempre vítima destas mesmas inundações, e pela primeira vez não aconteceu essa inundação, também graças a uma intervenção conjunta entre as autoridades e a Câmara Municipal de Cascais.

Por isso, esta sinalização é, de facto, muito importante para que possamos corrigir.

Casal Queimado, lixo constante, já perdi a conta ao número de vezes que também eu próprio reportei situações destas, em que a Cascais Ambiente atua, e, de facto, nos minutos seguintes, nas horas seguintes, já há lá lixo depositado. Mas, isso é, de facto, algo que não controlamos, é falta de civismo das pessoas. Podemos falar do lixo, podemos falar daquilo que os cães deixam nos passeios, e nós muitas vezes dizemos a brincar que é mais fácil ensinar um cão a apanhar os próprios dejetos do que o dono, mas isso faz parte, é um trabalho contínuo de educação, de doutrina e de pedagogia às pessoas, para que consigam acompanhar o civismo e o exemplo que tentamos dar – nós, autarcas, cidadãos, que há muitos também

exemplares, e que nos fazem chegar também este tipo de situações, que, de facto, depois são injustas para quem cuida do espaço público e está sempre presente no espaço público.

Mas, é imaginarem a seguinte situação: é alguém passar lá para limpar, e passados dez minutos, estar sujo, a perceção que vai ficar é que, de facto, ninguém quer saber. E eu sou testemunha do trabalho que a Cascais Ambiente desenvolve na higiene urbana. E nesse sentido, quer dizer, todas aquelas que são as solicitações por parte da Junta de Freguesia, são muito ágeis e muito responsivos àquilo que são as necessidades.

Relativamente à Rua das Caravelas e aos abrigos de autocarros, informo que já procedemos à solicitação junto da Câmara Municipal de Cascais, já tivemos uma reunião com a Sra. Vereadora Rita Coimbra, onde precisamente no caderno de encargos que apresentámos por parte da Junta de Freguesia, foram precisamente dois abrigos. As paragens existem lá na rua, mas, de facto, também já reunimos com as associações de moradores, estivemos lá com os moradores também na localidade do Bairro da Torre, conhecemos bem as ruas, concordamos, e já sinalizámos junto da Câmara para a importância destes dois abrigos – porque até num deles sabemos que os residentes acabam por se abrigar à entrada de um prédio. E estamos sensíveis relativamente a esta situação.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Sande e Castro, o falecimento de Guilherme Parente, o voto de pesar é muito bem-vindo.

Por muito que possa estranhar, concordo com muitos dos seus argumentos relativamente à revitalização, daquilo que podemos fazer no centro histórico, daquilo que podemos fazer relativamente ao comércio local. A única parte em que efetivamente podemos discordar é na forma, e aquilo que a petição, no seu enquadramento, tenta dizer. Pelo contrário, esta petição nunca pede a revogação, o cancelamento, a anulação do “Licenciamento Zero”, mas sim a sua revisão, do regime do “Licenciamento Zero”.

É verdade que as atividades económicas, e o processo de licenciamento já foi assim em tempos, em que os Municípios e as autarquias, eram eles próprios que acabavam por sinalizar, e esta plataforma, este Simplex criado em 2011, fazia, e faz, continua a fazer todo o sentido, mas aquilo a que nós assistimos é um efeito perverso daquilo que é a Lei. Em muitos dos casos, a fiscalização atua, a fiscalização vai lá, muitas das lojas são encerradas, e como dizia aqui também o deputado Abreu Loureiro, no dia a seguir estão a abrir, com outra entidade por trás.

E quando há pouco falava que vai demorar muitos anos para que se possa ver resultados práticos, nesta medida, não, porque se nós formos capazes de atuar, de fiscalizar, e encerrar aqueles que efetivamente não cumprem, e estão em situação de ilegalidade, permite-nos logo no dia a seguir estancar essa situação, e acreditamos que pode haver situações que podem ser sentidas de forma mais premente.

Agradeço, Vasco Palha, do Partido Social Democrata, também falou da situação da petição, o deputado Manuel Ramos Lopes, também, o Duarte Abreu Loureiro também. Por isso, agradecer-vos as palavras

relativamente à petição pública. Ela, neste momento, encontra-se com dez mil, seiscentas e quarenta e nove assinaturas, e agradeço a palavra de todos.

E acima de tudo, também concordar com aquilo que o João Sande e Castro referiu aqui: mesmo que não tivesse qualquer efeito prático nos próximos meses, aquilo que foi capaz de lançar o debate, desde diretos que aconteceram na Rua Direita, desde debates televisivos, resultado desta petição, imprensa escrita, imprensa televisiva, imprensa *online*, acho que saiu em todo o lado, o impacto direto, superior a dois ou três milhões de audiência, segundo os relatórios a que eu tive acesso, só relativamente à petição, é algo que já valeu a pena, já valeu a pena este alerta da população. Colocámos outros autarcas – também, verdade seja dita, Carlos Moedas tem sido uma voz desta questão da revisão do “Licenciamento Zero”, Rui Moreira, na Câmara Municipal do Porto, e existem efetivamente soluções que também apontou aqui, que nós, atempadamente, a seu tempo, traremos também a esta Assembleia e a esta freguesia, porque não paramos de reformar, não vamos parar de reformar, não vamos parar de tentar encontrar soluções para o centro histórico, para o comércio local. Esta petição é apenas o início de algo que eu acredito, e procuraremos o consenso junto de todos os Partidos, para que possam ser propostas comuns, porque aqui, eu tenho de explicar, esta petição não é contra ninguém. Muitas vezes, a classe imigrante é precisamente a principal vítima deste flagelo que se passa. Temos reportes, desde pagamentos de 5.000€ a 10.000€, para que possam obter um contrato de trabalho, para terem autorização de residência, para depois terem acesso ao Sistema Nacional de Saúde, ao sistema de Segurança Social, muitas vezes os imigrantes são as principais vítimas desta rede. E estaremos sempre ao seu lado para lhes dar as melhores condições de integração, as melhores condições para que consigam encontrar o seu projeto de felicidade e de realização pessoal e profissional na nossa freguesia e no nosso país. Isso não está em causa, e continuaremos neste trabalho.

Simplex, sim, facilitar o acesso à abertura de novos negócios a PME's, a empreendedores, sim, mas há um trabalho que podemos fazer naquelas que tecnicamente se chamam as zonas de contenção dos centros históricos. É possível que nestes centros em específico, áreas de especial interesse da freguesia e municipal, que possamos reger e ter essas zonas delimitadas, e essas zonas de contenção, como assim são designadas, do ponto de vista urbanístico.

Relativamente à Sra. Deputada Filipa Abraham-James, King's College, terreno cedido à Câmara Municipal de Cascais, de facto, também temos algumas informações de que se está a procurar soluções, do que é que pode ser mais proveitoso para a população, naquele terreno que está livre, e que foi cedido. Também iremos indagar e pedir um ponto de situação, para perceber exatamente como é que está essa situação.

Estacionamento indevido: temos informações de que há um sistema *Drive Thru*, ou “*Kiss and Go*”, na Rua Dr. Manuel António Costa Matos – que é do outro lado, penso eu – e do lado onde está, o porteiro tenta sinalizar para o outro lado, mas que muitas vezes ali a logística não corre bem. Mas, também iremos perceber, através da colocação de algum pilarete, reforçar a sinalização pública, talvez também nesse trabalho de educar melhor os pais, neste caso. Estaremos atentos.

Ilhas ecológicas na Rua Cesário Verde, iremos ver, depois também pedirei aqui ao meu colega do Executivo para seguir o assunto das ilhas ecológicas na Rua Cesário Verde.

Manuel Ramos Lopes, agradecer. Penso que já abordei, não queremos impedir, não queremos revogar, queremos apenas rever.

E Duarte Abreu Loureiro, também já falei naquela que foi a minha intervenção.

Nesse sentido, Sr. Presidente, penso que respondi a todas as intervenções que aqui foram feitas, estando naturalmente disponível para que, nos próximos meses, até à próxima Assembleia de Freguesia, todos os dias, possam questionar, possam propor, possam sugerir, não apenas no PAOD, mas todos os dias em que estaremos em funções.

Muito obrigado, e até já.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta.

Agora é o momento oportuno para terminarmos o período de antes da ordem do dia, e este é o momento para procedermos, então, à votação do voto de pesar pelo artista plástico Guilherme Parente, que foi apresentado aqui pelo “Viver Cascais”, e foi secundada também, depois, pelo PSD, e penso que pelos outros Partidos. Mas, de qualquer maneira, este é o momento em que vamos proceder à votação.

Quem vota contra, que se manifeste. Quem se abstém, que se manifeste. Foi aprovado por unanimidade um voto de pesar pelo artista plástico Guilherme Parente, que faleceu, e que foi registado. Vai ser comunicado, depois, também à família.

Vamos fazer, então, um minuto de silêncio.

*(Minuto de silêncio)*

Ora, vamos entrar agora no **Período da ordem do dia**.

O **Ponto n.º 1** da ordem do dia é a Aprovação da Ata da 3.ª Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, realizada em 17 de setembro de 2025.

Como devem entender, isto é uma situação que, às vezes, considero esdrúxula, porque foi uma Assembleia que se realizou no anterior mandato, e em que nós, neste mandato, temos de aprovar. Faz parte das normas, e não temos forma de o alterar.

Para já, informar-vos que a minuta da ata foi aprovada na reunião, por unanimidade, mas agora temos de o fazer de uma forma formal, nesta sessão da Assembleia.

Normalmente o que se faz é que quem não esteve presente, abstém-se; quem esteve presente, vota a favor, e quem quiser votar contra, também pode votar contra. Mas, existia uma versão de que não seria necessária a abstenção, quem não esteve presente não votaria. A Mesa pensa que é preferível seguirmos a tradição, por assim dizer, e quem não esteve, abstém-se.

Portanto, quem vota contra, que se manifeste. Quem vota a favor, que esteve presente, que se manifeste. Três (3) votos a favor. E os restantes elementos abstém-se, dezassete (17). Portanto, foi aprovada, com três (3) votos a favor, e dezassete (17) abstenções. Muito obrigado.

Agora vamos proceder, então, ao **Ponto n.º 2** da ordem de trabalhos, que é a Aprovação da Ata de Instalação dos Órgãos da Freguesia.

Aqui também merece o seguinte comentário: a aprovação da ata de instalação devia ter sido efetuada no próprio ato de instalação, simplesmente teríamos de ler toda a ata, e que, na altura, isso transtornava, de certa forma, a cerimónia que foi a instalação.

Na altura, resolvemos fazer, então, aquilo que eu vos disse, e que ficou gravado, que era a minuta ser aprovada tacitamente, para que se desse andamento e se desse início à parte legal, por assim dizer, que decorria da própria aprovação da ata. E deixei para hoje a aprovação formal da ata, em que todos tiveram tempo para ler em pormenor, porque ela foi gravada de uma forma minuciosa, e se alguém tem alguma proposta de alteração, ou tem alguma proposta a acrescentar, pode tomar a palavra.

Por isso, dou a palavra, então.

**--- Maria Ana Barros (JONET) ---**

De facto, nós vínhamos falar exatamente da posição da votação da ata. E apesar daquilo que acabou de dizer, nós vamos votar, de facto, a favor, mas não podíamos deixar de chamar a atenção para a necessidade de ter maior rigor no cumprimento da Lei, na forma como foi feita, porque, se se lembram, no dia da tomada de posse, o João Sande e Castro tentou chamar um bocadinho a atenção a isso. E com o burburinho que se fez durante a instalação, da ata, aquilo que acabou por acontecer foi que o João não conseguiu explicar exatamente aquilo que queria. Graças a Deus, acabou de o fazer, de explicar a razão e o porquê, e era só por isso que nós queríamos fazer esta intervenção.

Obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Obrigado, então.

Mais ninguém quer tomar a palavra? Estamos, então, em condições de proceder à votação formal do Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos, Aprovação da Ata de Instalação dos Órgãos da Freguesia. Quem vota contra, que se manifeste. Quem se abstém? Presumo que foi aprovada por unanimidade, com vinte (20) votos a favor, uma vez que ainda falta um elemento da Assembleia.

**Ponto n.º 3** da ordem de trabalhos, Aprovação do Plano de Atividades e do Orçamento para 2026.

Eu sugeria, de acordo com aquilo que é também tradição, que o Sr. Presidente da Junta procedesse à apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026, daquilo que achar necessário neste momento apresentar.

Faça favor.

Era só para informar a Assembleia que já estamos com o nosso número de membros completo, vinte e um (21) elementos.

**--- Presidente do Executivo ---**

Muito bem. Obrigado, Sr. Presidente.

Partimos, então, para o ponto que é o Plano de Atividades e Orçamento da União de Freguesias de Cascais e Estoril. É, de facto, um momento em que eu o faço com uma enorme convicção – convicção de quem apresenta um documento que é sério, que é responsável e, acima de tudo, um instrumento, nesta fase em que é a apresentação do Orçamento, de orientação política e estratégica para o ano de 2026. Acredito que este não é um mero exercício contabilístico, é um documento que traduz opções, prioridades, e uma visão clara que queremos para a nossa Freguesia de Cascais e Estoril. Um Orçamento que considero positivo, que permite investir mais, reforçar verbas em toda a linha, e responder àquilo que foi, aliás, um ponto comum de todas as forças políticas em período de campanha eleitoral, que é o cuidar o espaço público.

Costumo dizer com algum carinho, e até com alguma piada – e tive oportunidade de o fazer nas reuniões ao abrigo do Estatuto da Oposição – que é um Orçamento de pouca parra e muita uva. E digo-o, naturalmente, porque é um Orçamento que foge ao acessório e que se concentra no essencial, no que se vê, no que se sente e no que se melhora efetivamente a vida de quem vive, trabalha ou visita a nossa freguesia.

Falamos de um reforço claro em vias e sinalização, em obra no espaço público, naquilo que é o sinal vertical, o pilarete que está em falta, o buraco que precisa de ser tapado, a estrada que precisa de ser repavimentada. Por isso, falamos de investimento direto, concreto e visível, e isso, creio eu, une certamente esta Assembleia.

Este compromisso reflete-se também em números. Em 2025, o Orçamento da freguesia foi de 4.777.000€; para 2026, apresentamos um Orçamento que ascende a 6.039.000€. Este crescimento não é um fim em si mesmo; é um meio para fazer mais e melhor, e com responsabilidade.

Importa sublinhar que 34% das receitas são receitas próprias da União de Freguesias, o que demonstra também capacidade de gestão, autonomia e rigor. Acresce ainda o Fundo de Financiamento das Freguesias, que em 2026 será de 729.000€, de acordo com o Mapa 13 da proposta de Orçamento de Estado, regista um aumento de cerca de 14.000€ face ao ano anterior – aliás, este aumento, infelizmente, é inferior ao do ano de 2024 para o ano de 2025, mas, mesmo assim regista um aumento. E reforço que esta verba vem efetivamente do Orçamento de Estado.

E a maior fatia do Orçamento, cerca de 66%, resulta do contrato interadministrativo entre a União de Freguesias de Cascais e Estoril e a Câmara Municipal de Cascais, contrato este que se renova por mais quatro anos, pelo novo mandato, é assim que a Lei permite, ou designa, quando assinamos este contrato interadministrativo é sempre para os quatro anos de mandato, e garantimos acima de tudo estabilidade, previsibilidade e capacidade de planeamento para os próximos quatro anos.

Permitam-me também destacar uma grande novidade deste contrato – não diria “novidade”, mas, de facto, algo relevante, que, neste caso, nem é positivo nem negativo, mas todos os membros da Assembleia, de certa forma, de certeza verificaram, que aquilo que é a verba associada à manutenção dos espaços verdes deixa de constar no Orçamento da freguesia. Esta opção resulta de uma negociação clara e assumida, no âmbito da delegação de competências, pela qual essa responsabilidade passa integralmente para a Empresa Municipal Cascais Ambiente.

Foi um período em que nestes quarenta e cinco dias de mandato procurámos ouvir, escutar, aquilo que foram os últimos quatro, e verificou-se, também absorvendo aquilo que é a experiência dos outros Presidentes de Junta, que foi algo em que, muitas vezes, não conseguimos entregar o melhor serviço ao nosso cliente. E o nosso cliente é o freguês, é o munícipe.

Acreditamos que concentrando a atividade nesta empresa municipal, vamos ganhar ganho de escala. Verificava-se muitas vezes, numa rua apenas, um espaço verde que era da Junta de Freguesia, outro que era da Divisão de Espaços Verdes da Câmara, e um bocadinho mais acima, da Cascais Ambiente. Verificou-se várias vezes que de um lado da rua as árvores estavam podadas, porque eram da Junta, e do lado esquerdo não estavam podadas, porque eram da Cascais Ambiente, ou vice-versa – não é aqui tentar beneficiar quando é fiscalizado ou mantido pela Junta de Freguesia.

De facto, isso não interessa para as pessoas, não interessa por quem é que é mantido, não interessa por quem é que é gerido; o que interessa é que o espaço verde esteja mantido, que a árvore seja podada, que o espaço esteja cuidado. E, de facto, respeitando todos os princípios da boa gestão organizativa, da boa gestão empresarial, sabemos que o ganho de escala é sempre algo positivo – uma coisa é uma empresa

que presta um serviço numa determinada zona, e é uma empresa que consegue servir, ou que está a fazer a cobertura de todo o concelho, e tudo se altera.

E por isso, também não podia deixar de dar uma palavra relativamente à questão dos CEVAR e das zonas verdes.

Na área da educação, este Orçamento apresenta um reforço muito significativo, tanto em despesas correntes, como em capital, garantindo os meios necessários para os Agrupamentos Escolares e para os programas de escola a tempo inteiro, assegurando as AEC's, as AAAF's, as CAF's, também incluindo as CAF's do 2.º ciclo.

Aqui, explicar-vos o que acontecia no último contrato interadministrativo, ou seja, nos últimos quatro anos, e verdade seja dita, a Câmara Municipal de Cascais nunca hesitou um segundo em fazer os acertos, mas a verdade é que era difícil prever, no início de cada ano, qual era o valor que se iria despende nas AEC's, nas AAAF's e nas CAF's, mas, de facto, não era fácil, porque estava sempre dependente do número de alunos inscritos, quantos alunos é que tínhamos, ou não, em carência económica, quantos professores é que tínhamos, ou não, de colocar em cada uma das turmas, e o acerto era feito sempre *a posteriori*, o que também causava alguns problemas para a tesouraria da Junta de Freguesia, uma vez que ela estava sempre também na circunstância em que tínhamos de adiantar a verba. E aquilo que se fez foi um cálculo dos últimos quatro anos, e então corrigir este valor, que obrigatoriamente tinha de ser reforçado, e ele já está patente também neste Orçamento.

Quero também sublinhar de forma muito clara que a área social continuará a ser uma prioridade central deste mandato. Vivemos tempos muito desafiantes do ponto de vista social, muito exigentes, e a freguesia não pode virar costas a quem mais precisa. E este Orçamento assegura, principalmente, e todos os dias, olhar pelas pessoas que são mais vulneráveis, reforçando respostas de proximidade e apoio social, com humanidade, responsabilidade e sentido de missão.

Importa ainda referir um aspeto fundamental para a confiança de todos os que hoje são chamados a votar este documento, que há muitos anos que as contas da freguesia são revistas e auditadas, tanto por TOC's, como por ROC's. Se hoje em dia é uma prática que está alargada a mais Juntas de Freguesia, e a todos os Municípios, a verdade é que muitas das Juntas de Freguesia não tinham este procedimento. Ainda no outro dia estivemos numa formação da ANAFRE, da Associação Nacional de Freguesias, e partilhávamos que é uma prática que, felizmente, está cada vez mais alastrada pelas freguesias por este país fora. Mas, nós não sabíamos precisar o ano, e tentei apelar aqui ao histórico de quem está há mais anos, mas pelo menos desde que é União de Freguesias, em 2013, as contas do Orçamento são auditadas e revistas por técnicos oficiais de contas e por revisores oficiais de contas. Até vos tenho de admitir que muito do que está aqui, de poder político, tem muito pouco – tem muito pouco, no sentido em que nós fazemos questão, até para nossa própria proteção, até para proteção de quem está na coisa pública, quem está em poderes executivos numa Junta de Freguesia, a responsabilidade é muito grande. Nós tomamos cada decisão como se das nossas próprias contas pessoais se tratasse, porque em caso de haver problema, é mesmo isso que está em causa,

as nossas contas pessoais. E portanto, até para nossa própria proteção, fazemos questão de que seja sempre tudo muito transparente – aliás, a estrutura orgânica deste Orçamento é a mesma, apesar de que nós tínhamos toda a autonomia, todo o direito a mudar o Orçamento e as suas rubricas, e a sua forma organizativa, de cima a baixo, não o fizemos. Ela tem uma análise que é direta, é comparável relativamente a Orçamentos de anos anteriores, e portanto, facilita também a sua leitura e a sua fiscalização.

Por este motivo, é um Orçamento que pode ser aprovado com a maior segurança, é um Orçamento que une, e não divide, que investe no espaço público, no sentido comum e nas pessoas.

Por tudo isto, deixo um apelo para que a aprovação deste Plano de Atividades e Orçamento para 2026 seja um sinal de compromisso com a freguesia, com a democracia local e com um futuro construído em conjunto.

Sr. Presidente, se calhar aproveitava e agregava também a apresentação do Plano de Atividades, não separando a discussão.

Já o Plano de Atividades, aí sim, não posso dizer que tenhamos seguido a mesma estrutura que é apresentada, por exemplo, no último ano. Aqui sentimo-nos mais confortáveis para apresentar e organizar, de acordo com aquilo que também são os nossos objetivos para o próximo ano, e é um plano que estrutura essencialmente em sete grandes vértices, que vos posso dizer que estão acompanhados por aquilo que são os pelouros de cada um dos membros do Executivo. Fez-me mais sentido, pareceu-me mais organizado fazer assim, e ele organiza de forma muito clara. Primeiro, a ação social; o segundo, educação e cultura; terceiro, ambiente e espaço público; quarto, juventude, inovação e emprego; quinto, gestão patrimonial e turismo; sexto, desenvolvimento económico; sétimo, segurança, comunicação e dinamização comunitária.

Neste primeiro, a ação social, a saúde e o bem-estar – que, aliás, está entregue à Sra. Membro do Executivo, Rita Serra Coelho – melhorar as condições de vida da população, potenciar o envelhecimento ativo, a autonomia da população sénior, que tem uma dimensão muito significativa na nossa freguesia, desde a infância até à idade sénior, o apoio alimentar através do nosso cartão “Mais Solidário”, as pessoas em situação de sem-abrigo, programas específicos para as pessoas com deficiência e incapacidade, numa lógica de inclusão, também não esquecemos como integrar melhor, e as respostas concretas, no caso dos imigrantes, vítimas de violência doméstica, com uma articulação da rede social de Cascais. Quem não conhece, convido-vos a conhecer melhor o que é a rede social de Cascais, com uma cooperação excelente entre entidades públicas e privadas, e todos os parceiros.

De facto, eu costumo utilizar uma expressão do século passado, do início do século, quando uma pessoa tinha algum problema social, tinha fome, dava-se alimentação, não tinha casa, dava-se habitação. Hoje em dia, a realidade e a complexidade social é tão grande que a resposta tem de ser mesmo em rede. Hoje, nós temos enquadramentos sociais do mais complicado possível, infelizmente, que se possa imaginar, mas desde pessoas que de repente ficaram desempregadas, perderam a sua habitação, entretanto desenvolveram uma depressão, perderam a guarda dos filhos, que, entretanto, também é necessária intervenção da CPCJ – é, de facto, um enquadramento social, que eu vos digo, não tinha consciência. Ainda

agora a nossa resposta social, naquilo que são os cabazes alimentares, naquilo que é o apoio à pessoa sem-abrigo, é tão vasta, tão complexa, que eu pensava que no meu dia de aniversário, dia 23 de dezembro, poderia tirar algum momento, mas já vi que não vai ser possível, porque até lá estaremos a trabalhar na rua, estaremos a trabalhar junto de quem mais precisa.

E não posso também deixar aqui de destacar, tiveram oportunidade de ler neste Plano de Atividades, todas as respostas sociais que aqui se dão, com uma equipa e assistentes sociais que são incansáveis, de Cascais e do Estoril, e que tentam estar em toda a linha.

O segundo vértice, educação e cultura, continuaremos...

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Sr. Presidente, sugeria que pudesse ser um bocadinho mais sucinto.

**--- Presidente do Executivo ---**

Peço desculpa, Sr. Presidente. De facto, é resultado de um trabalho profícuo deste Executivo, e para a próxima pedirei ao Chat GPT para me pôr um discurso em dez minutos.

Acelerando, Sr. Presidente, educação e cultura, aqui absorvemos também aquilo que foram as propostas por parte de outros Partidos – Rota da Cultura, Noites Clássicas nos jardins do Casino do Estoril – se não for nos jardins do casino, será certamente no Estoril – do Partido Socialista.

O terceiro vértice, ambiente e espaço público, também temos propostas absorvidas, neste caso, criaremos uma comissão técnica para a Ribeira das Vinhas, proposto pela Sra. Deputada Filipa. Daremos o exemplo e apresentaremos, em alguns espaços, alguma inovação do ponto de vista ambiental, que ainda não está salvaguardado e previsto neste Plano de Atividades, mas que com certeza também traremos a esta Assembleia de Freguesia, no futuro.

Um quarto vértice, juventude, inovação e emprego, também ainda de coisas que não tivemos tempo, nestes quarenta e cinco dias – dar-vos também esta nota, mesmo para terminar: de facto, essa parte foi a mais difícil, em quarenta e cinco dias, não quis que este Plano de Atividades fosse um conjunto de coisas que não vamos cumprir, e prefiro *a posteriori* trazer as boas novas e discutir isso com vocês, do que pôr aqui no papel para ficar bem.

Gestão patrimonial e turismo, aqui pela primeira vez adicionamos a um Plano de Atividades a questão do turismo, que não estava no Plano de Atividades anterior. Nós, uma Freguesia como Cascais e Estoril, temos de ter uma palavra também para o turismo, e para o sexto vértice, para o desenvolvimento económico, de que forma é que nós podemos – e aqui tanto falámos, no PAOD, da petição – como é que nós podemos continuar a reformar, a fazer propostas para desenvolver o comércio local, este comércio de proximidade.

E por fim, segurança, comunicação e dinamização, também pela primeira vez falamos de comunicação, de redes sociais, como é que podemos chegar de uma forma mais ampla a todos os fregueses, como é que podemos modernizar, do ponto de vista administrativo, como é que podemos reformar a forma como atendemos os fregueses, como é que podemos tornar o sistema mais facilitador, do ponto de vista *online*, de uma consulta mais rápida, de uma consulta mais facilitadora.

Estamos, por isso, de uma forma muito ambiciosa. Este é um Plano que pode merecer o consenso desta Assembleia – Deus queira – responde a desafios reais da freguesia, e, acima de tudo, fundamentalmente servir melhor Cascais e Estoril, e servir melhor quem cá vive.

Sr. Presidente, peço desculpa pelo tempo em que efetivamente me estendi, mas fica assim apresentada, da minha parte, estando disponível para todas as questões e sugestões.

Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dou a palavra a Maria João Fialho Gouveia, do Partido Socialista.

Já agora, se me permitem, sem desmerecer todos os membros da Assembleia, queria fazer uma saudação especial à Maria João, que é um reforço para a equipa da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril a sua presença.

**--- Maria João Gouveia (PS) ---**

Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, a restante Mesa, o Sr. Presidente da Junta, o Executivo, os caros colegas, membros da Assembleia de Freguesia, e público aqui presente.

E aproveito para desejar a todos um excelente mandato.

Com o coração na nossa terra e na nossa gente, nós, o Partido Socialista, assumimos humildemente, mas com convicção, as funções que o eleitorado nos confiou. Como dissemos na tomada de posse, seremos Oposição quando tivermos de sê-lo, e viabilizaremos as medidas que acharmos positivas para a nossa freguesia.

Posto isto, abordámos cuidadosamente o Plano de Atividades e o Orçamento que nos foram apresentados. Concluimos que este é um Orçamento ambicioso, e é também o Orçamento possível, dados outros fatores, mas sobretudo a curta janela de tempo que mediou a tomada de posse até ao dia de hoje – são quarenta e cinco dias, se percebi bem, que mediamam.

Naturalmente, o PS teria feito um Orçamento diferente. Há coisas que nos distinguem, há outras que nos unem.

Encontrámos no programa apresentado algumas sintonias com o nosso próprio programa, e houve também o cuidado da parte da Junta de plasmar no seu programa algumas medidas assumidamente nossas. E se me permite, Sr. Presidente, vou agarrar nessas duas medidas, e falar um pouco delas.

Uma delas eram os Roteiros Históricos, que, no fundo, constam de visitas dentro da nossa freguesia, como por exemplo, os roteiros de Cascais e Estoril dos peões, Cascais dos Reis, o Cascais Romano, etc., fazer essas visitas para os portugueses, e sempre acompanhadas por especialistas nesta e naquela área. Eventualmente também aproveitar jovens de vários cursos e de escolas que possam estar presentes e ajudar nestas apresentações.

As “Noites Clássicas” são umas noites inspiradas na Fonte Mágica de Barcelona, em que há uma fonte, uma vez por semana, no verão, uma fonte de luz luminosa, que funciona ao som de música clássica. É maravilhoso, junta imensa gente, e poderá ser não só com a fonte, mas com outro tipo de noites, com operetas, que são aquele tipo de óperas mais acessíveis às pessoas, em formato pequeno, só com quatro cantores e quatro músicos, que poderão funcionar aí, e também em alguns monumentos do concelho, como palacetes, etc. Em vez de mudar de cenário, vai-se mudando de sala, como também se faz muito em Itália.

Sendo assim, e dando um voto de confiança ao Orçamento apresentado e ao novo Executivo, de olhos postos no futuro, para bem de Cascais e para bem do Estoril, para bem dos Cascalenses e para bem dos Estorilenses, o PS vai viabilizar este Orçamento, abstendo-nos.

Obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Maria João, do Partido Socialista. Dou a palavra a Filipa Marques, do Livre.

**--- Filipa Abraham-James (Livre) ---**

Ora bem, ao analisar a informação apresentada, importa desde logo saudar o Executivo pelo conjunto alargado de iniciativas e atividades desenvolvidas, e a sua continuidade, particularmente na área social e educativa. Estou muito impressionada.

Destacam-se, entre outras, o Gabinete “Dívida Zero”, atividades temáticas que promovem movimento e estimulação cognitiva nos espaços seniores, a prevenção de quedas e de riscos domésticos nos idosos, Projeto “Semear para colher”, Gabinete de Inserção Profissional, “Mergulha por Cascais”, bem como diversas medidas de apoio à educação e às famílias, nomeadamente CAF, AAAF, ludobibliotecas, “Mala do Mundo”, os mais variados grupos de trabalho, fórum municipal contra a violência doméstica, até a vertente mais económica, com os Embaixadores de Cascais. Todas essas iniciativas são fundamentais para a coesão do tecido social da freguesia.

Na vertente ambiental, começo por saudar a proposta de diagnóstico, planeamento e monitorização ambiental, que considero particularmente relevante, o levantamento atualizado e a criação do sistema integrado de informação ambiental, são instrumentos fundamentais para a política pública informada e eficaz.

Aproveito para referir, a título ilustrativo, há um episódio recente do *podcast* “*Economics of Everything*” dedicado às árvores urbanas, que demonstra que o valor vai muito para além da componente paisagística, abrangendo também benefícios económicos, climáticos, de saúde pública e coesão social.

Saúdo igualmente e agradeço a abertura mostrada pelo Executivo em abraçar a proposta do Livre, da requalificação da Ribeira das Vinhas, particularmente o córrego oeste, que fica na zona da Pampilheira – Cobre, e que estende a zona entre a CUF Cascais e a “Cozinha com Alma”, ao propor a criação de uma comissão técnica para requalificação sustentável da Ribeira das Vinhas. Trata-se de um passo importante, sobretudo quando direcionado para áreas que não foram ainda alvo de intervenção estruturada. E uma intervenção neste troço poderá ter impactos muito relevantes e cumulativos, nomeadamente mitigação de risco de cheias a jusante, em particular no centro de Cascais, redução do risco de incêndio, requalificação e valorização de espaços verdes, e uma melhor gestão de estacionamento naquela zona, onde as pessoas usam para a CUF Cascais.

Trata-se, portanto, de uma abordagem integrada, que articula ambiente, segurança, ordenamento do território e bem-estar das populações, exatamente o tipo de política pública com que nos identificamos.

É igualmente de salientar a iniciativa “Cozinha com Alma”, da qual sou cliente assídua. Confesso não ter conseguido ler, por insuficiente resolução na imagem do documento, os critérios de vulnerabilidade apresentados, mas presumo que se relacionem com rendimentos insuficientes. E tal facto evidencia, como já sabemos, o crescente desfasamento entre o custo de vida e os rendimentos de uma parte significativa dos munícipes, não sendo alheio a este contexto o facto de o primeiro escalão representar a maior fatia dos beneficiários.

Relativamente às bolsas sociais para integração em creches e jardins de infância, bem como para integração em estruturas residenciais para pessoas idosas em rede privada, o cenário ideal e politicamente mais ambicioso passaria pelo reforço da oferta pública. É, ainda assim, de assinalar positivamente a existência destes mecanismos de apoio, que mitigam as situações de maior vulnerabilidade social.

No que respeita à saúde mental, importa também saudar as iniciativas existentes, apesar de subsistirem as listas de espera e de se verificar uma reconhecida falta de instrumentos de avaliação psicológica, como indicado na informação escrita. Presumo tratar-se de *kits* de testes essenciais para a fundamentação diagnóstica. A alternativa acaba muitas vezes por ser o reencaminhamento para outros serviços já sobrecarregados, com atrasos significativos na obtenção de diagnósticos e pareceres, com consequências particularmente gravosas para crianças e jovens em fase de desenvolvimento.

Portanto, é importante encontrar uma solução para essa falta de instrumentos de avaliação psicológica.

Relativamente ao programa auditivo, eu irei colocar questões quando discutirmos o Ponto n.º 5.

E a tudo isto acrescem as responsabilidades, despesas, manutenção das escolas, reparação de pavimentos, sinalização vertical, entre outras.

Compreendo que os Orçamentos são limitados, e que a definição de prioridades é inevitável. Espero, por isso, que no decurso deste mandato as prioridades se centrem no bem-estar de todos, na melhoria da qualidade de vida e na valorização dos espaços verdes e urbanos que nos rodeiam.

Portanto, da nossa parte, vamos viabilizar, abstendo-nos. E estou verdadeiramente impressionada pela componente social.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Filipa Marques, do Partido Livre. Dou a palavra a Luís Lima, do CDS-PP.

**--- Miguel Lima (CDS-PP) ---**

Sr. Presidente da Mesa, Dr. Basílio de Castro, permita-me cumprimentá-lo, e aos restantes elementos da Mesa, Sr. Presidente da Junta, Francisco Kreye, restantes membros do Executivo, caros representantes dos Partidos e dos movimentos agora eleitos para esta Assembleia, caros fregueses, senhoras e senhores.

O presente Plano de Atividades da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril assume aqui um papel ativo na promoção da coesão social. Não é uma novidade, esta Junta sempre foi um caso de estudo a nível nacional, nomeadamente no aspeto social, mas com este Plano de Atividades, acho que é o consolidar e o inovar desse desenvolvimento social, que deve ser entendido como um processo contínuo, baseado em parcerias locais sólidas, numa lógica de corresponsabilização e proximidade.

A inovação social surge aqui como um instrumento essencial para antecipar problemas, otimizar recursos e criar-se soluções sustentáveis, capazes de responder aos novos desafios que se colocam à freguesia.

A intervenção social da Junta assenta no reforço da rede social da freguesia, promovendo o trabalho articulado entre entidades públicas, Instituições Particulares de Solidariedade Social, associações e outros parceiros locais.

E aqui, dar também nota da iniciativa privada, também exatamente nesta coesão social isso é importante, que sejam envolvidos, como têm sido envolvidos, e este Plano de Atividades assim o demonstra.

Este trabalho em rede permite uma resposta mais célere e eficaz às situações de vulnerabilidade social, combatendo o isolamento, a exclusão social, e potenciando o acompanhamento de proximidade às famílias.

No domínio da proteção de crianças e jovens, a Junta de Freguesia deve assumir, e assume, uma posição politicamente clara e responsável quanto à centralidade. Neste caso, eu destaco – que já destaquei há um ano atrás – a saúde mental como pilar do desenvolvimento humano e de coesão social. Vivemos tempos exigentes, marcados por pressões sociais, que afetam familiares, crianças, e os desafios escolares crescentes, que têm um impacto direto no bem-estar emocional das nossas crianças e jovens.

A saúde mental não pode continuar a ser tratada como um tema secundário ou residual nas políticas públicas locais. E aqui nesta Junta, tem sido dado um papel de destaque à saúde mental, e aqui, na nossa perspetiva, enquanto CDS, entendemos que esse apoio psicossocial dirigido aos jovens é uma área estratégica que deve ser significativamente reforçada, e tal reforço exige uma aposta política clara na prevenção, e não apenas em situações de crise, em equipas técnicas mais robustas, multidisciplinares e devidamente capacitadas – e aqui, faço minhas as palavras da representante do Livre – maior proximidade às escolas, famílias e associações juvenis, num acompanhamento contínuo, humanizado e ajustado às realidades concretas dos jovens da nossa freguesia, isto para combater as listas de espera que existem, e que nós não conseguimos satisfazer todas as necessidades das famílias e dos jovens da nossa freguesia.

É imperativo dotar, então, o serviço de apoio psicossocial de maior competência técnica e operacional, valorizando o empenho dos seus profissionais e garantindo que dispõem dos meios necessários para corresponder às carências reais das famílias. E aqui, um investimento na área da avaliação psicológica, nomeadamente em instrumentos que apoiem estes técnicos para fazer esta mesma avaliação da saúde mental.

Aqui, destaco, por outra linha, e dentro também da saúde mental, a dinamização dos Espaços Seniores, que tem tão bem sido feita, e assume particular relevância numa freguesia com uma população mais envelhecida. Estes espaços não são meros locais de ocupação de tempos livres; são instrumentos essenciais de combate ao isolamento e promoção da dignidade humana, nomeadamente dos nossos jovens há mais tempo.

Importa enaltecer, de forma inequívoca, o apoio psicológico prestado aos seniores, que constitui uma resposta fundamental na promoção da saúde mental, na prevenção da solidão, da depressão, e de outras situações de fragilidade. E aqui, endereço os meus parabéns à equipa que atualmente trabalha com os seniores, e que tão bons resultados tem demonstrado.

Gostaria também de destacar o Projeto “Mergulha por Cascais”. E aqui, percebi, em termos de Orçamento, quanto é que foi alocado a este projeto. Gostaria de perceber qual é a abrangência do projeto em termos do número de pessoas, e possivelmente, visto que nós estamos aqui tão perto do mar, e temos uma extensão territorial de mar tão forte, era importante apostar cada vez mais nestes projetos. Acho que é muito digno e motivador, não só para os nossos jovens, mas também para a restante população que está no nosso concelho.

Gostaria também de abordar – eu não abordei há pouco, mas relativamente à petição que foi lançada, dar os parabéns a essa mesma petição, e dizer que o tecido empresarial precisa que cada vez haja mais movimentos deste género para chamar a atenção para uma concorrência que é desonesta, não é correta, não é limpa.

E também há outra questão que eu não consigo entender, como é que os nossos agentes fiscalizadores não percebem, ou então não têm capacidade, ou deve haver aqui algum barramento, em que imóveis que são comerciais não devem ser utilizados para recurso habitacional. E aquilo que nós notamos neste tipo de lojas é, cada vez mais, a utilização com recursos habitacionais. E isto gera uma série de outros fatores que prejudicam, nomeadamente, os outros agentes empresariais que estão ao seu lado.

E depois, estas lojas-âncora – e eu aqui, quando digo “âncora”, estou a pôr entre aspas – acabam por ter um efeito patrimonial muito forte, ou seja, porque acabam por desvalorizar todos os outros imóveis comerciais em seu redor, e como vocês podem ver em determinados bairros de Lisboa, cada vez vão sendo maiores, e as transações são feitas de forma muito fechada.

Gostava que também estivessem despertos para isso, e parabéns por essa iniciativa, e essa iniciativa certamente irá sensibilizar os fiscais, as entidades fiscalizadoras, para esse efeito.

As nossas considerações finais: este Plano de Atividades traduz uma visão de proximidade e responsabilidade, mas também exige coragem política para reconhecer onde é necessário ir mais longe.

Na perspetiva do CDS, deve assumir um lugar central nas políticas sociais da Junta de Freguesia, atravessando todas as áreas de intervenção, desde a infância à terceira idade. Defendemos de forma clara – e uma vez mais, em jeito de resumo – o reforço efetivo do apoio psicológico aos seniores como instrumento de dignidade, bem-estar e combate ao isolamento, uma aposta decidida na saúde mental das crianças e jovens, através de serviços psicossociais mais competentes, estruturados e próximos.

Encerro aqui a minha apresentação, espero ter sido suficientemente sucinto, e dar os parabéns a este Executivo por este Plano e Orçamento que foram apresentados.

Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Miguel Lima, do Partido CDS-PP. Dou a palavra a Nuno Quartin, do “Viver em Cascais”.

**--- Nuno Quartin (JONET) ---**

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, Exmos. Srs. Membros do Executivo, caros amigos e munícipes da nossa freguesia:

Fazer aqui só um parêntesis, vou privar-vos uma coisa, um assunto muito engraçado. Eu vivi no Vale de Santa Rita, vivi durante muito tempo no Vale de Santa Rita. Portanto, isto, para mim, é um prazer enorme, gigante, poder estar aqui com vocês, e estar aqui no mercado, que antigamente era um mercado mesmo, e agora ficou transformado noutra coisa, também muito importante para a nossa freguesia. E pronto, queria privar-vos isto, e dizer que estou muito feliz por estar aqui.

E agora, aqui a parte mais ácida.

Começo por cumprimentar o Presidente da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, e desejar um bom mandato ao Francisco Kreye.

Relativamente aos documentos hoje aqui em discussão, e em particular o Orçamento para 2026, importa desde já clarificar a nossa posição. O Movimento Independente “JONET – Cascais para Viver” fez chegar ao Executivo, no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, um conjunto de propostas programáticas, alinhadas com rubricas já existentes no Orçamento da Junta. Reconhecemos a boa fé deste Executivo ao replicar que, por uma questão de calendário, estas propostas não chegaram a tempo para serem integradas formalmente na proposta do Orçamento apresentada.

Ainda assim, consideramos importante deixar registado, e é este também o objetivo da nossa intervenção, que as nossas intenções programáticas não são só propostas avulsas, nem exercícios de Oposição por Oposição; são contributos concretos, enquadráveis financeiramente e focados em áreas onde a própria Junta já prevê investimento significativo.

Falamos em particular de áreas como vias e sinalização, mobilidade e segurança rodoviária, espaço público, limpeza urbana, parques infantis e espaços verdes, transporte e mobilidade integrada.

É precisamente nestes domínios que gostaríamos de ver, ao longo deste mandato, as nossas propostas consideradas, discutidas e, sempre que possível, incorporadas, seja através de ajustamentos orçamentais, seja através de planeamento faseado ao longo do ano.

A nossa posição – e gostaríamos de sublinhar de uma forma clara – não é uma posição de bloqueio, nem uma implicância política; é uma Oposição consciente, responsável e construtiva, que se centra exclusivamente na exigência do questionar saudável e na procura de melhores soluções ou alternativas, sempre com o interesse público como prioridade.

Reafirmamos, por isso, a nossa total disponibilidade para trabalhar em conjunto, com espírito institucional, respeito mútuo e foco absoluto nas pessoas que vivem, trabalham e cuidam desta freguesia.

Terminamos, reforçando aquilo que dizemos desde o primeiro dia: o Movimento “JONET – Cascais para Viver” está aqui para servir, para representar uma parte significativa da população, que quis uma voz independente, próxima e exigente. E é exatamente isso que nos propomos fazer ao longo deste mandato.

Gostaria de aprofundar algumas das áreas onde a Junta prevê maior investimento no Orçamento de 2026, e onde entendemos que as propostas do Movimento “JONET – Cascais para Viver” podem acrescentar valor.

Quero reforçar que todas as propostas que irei referir já foram enviadas formalmente ao Executivo, devidamente enquadradas nas rubricas orçamentais existentes, e não representam um aumento descontrolado de despesas.

Vias, sinalização, mobilidade e segurança rodoviária: a mobilidade continua a ser uma das maiores preocupações da nossa freguesia, sobretudo quando falamos de segurança de peões, idosos e crianças. Neste sentido, propomos um levantamento exaustivo das paragens de autocarros sem abrigo, e consequente instalação de estrutura de proteção, garantindo conforto e dignidade a quem utiliza o transporte público, a realização de um levantamento das ciclovias existentes, e a elaboração de um plano coerente para uma verdadeira rede ciclável, que ligue as principais localidades da freguesia, em vez de uma mão cheia de troços isolados e desconectados, a redução do limite de velocidade para quarenta quilómetros no troço da Avenida Marginal, entre S. João do Estoril e Cascais, acompanhada da instalação de radares sancionários, à semelhança do que já acontece junto à Praia de Santo Amaro, em Oeiras, a reorganização do trânsito da Rua Vasco da Gama, em S. João do Estoril, com a alteração de sentidos, criação de estacionamento ordenado, nova saída para a estrada marginal e arranjos paisagísticos na área envolvente, a pedonalização da Rua Nova da Estação, em S. João do Estoril, com a eliminação do estacionamento à superfície, criação do piso nivelado e incentivo ao comércio local, reservando o parque sul da CP exclusivamente para moradores, e a instalação de lombas amovíveis em zonas sensíveis, nomeadamente da Rua Visconde Gandarinha, como medida imediata de acalmia de tráfego em áreas com grande presença de idosos e crianças.

Espaço público e operações urbanas: o espaço público é o espelho da forma como cuidamos da nossa freguesia. Aqui propomos a criação de uma equipa dedicada exclusivamente à remoção e limpeza de *fags* e *gratitas* – já sei que isso já foi proposto, e portanto, foi uma das propostas que nós tínhamos em programa também – garantindo uma resposta rápida e consciente, e evitando a degradação visual contínua. Esta proposta já consta do documento hoje em discussão, no entanto, com um carácter mais reativo do que diário e consciente.

Ou seja, o que propomos é que uma equipa saia para a rua diariamente, à procura de *fags* para remover, independentemente dos pedidos que possa receber, e que achamos muito bem que sejam respondidos em menos de setenta e duas horas – caso, por exemplo, da Praia da Azarujinha, que é avisado, e passado uma semana vão lá. Está cada vez mais rápida a remoção, mas gostaríamos que acontecesse com mais brevidade.

A criação de um centro operacional no Paredão, envolvendo a Junta de Freguesia, Polícia Municipal, Polícia Marítima, Cascais Próxima e Bombeiros, permitindo uma resposta coordenada e imediata à concorrência

numa das zonas mais sensíveis e frequentadas da freguesia. A realização de um estudo para a criação de um trilho pedonal que ligue o edifício da Junta de Freguesia do Estoril ao Clube de Ténis e à Escola de Hotelaria, atravessando o Vale de Santa Rita, valorizando o território e promovendo mobilidade suave. A revisão e remoção de cabos aéreos desativados de internet e televisão, contribuindo para a limpeza visual e melhoria estética do espaço público.

Parques infantis e parques verdes – eu prometo ser breve, já não falta muito. Os parques infantis devem ser espaços seguros, inclusivos e pensados para crianças, não zonas residuais. Propomos: no parque infantil da Areia, substituição do pavimento por borracha, instalação de mesas de piquenique, criação de caminhos acessíveis, colocação de suportes para bicicletas, criação de um parque canino, separado da zona infantil, evitando conflitos de uso. No parque infantil do Bairro do Rosário, substituição da areia por piso de borracha, garantia clara de que o parque também mantém a sua vocação exclusivamente infantil, evitando a sua utilização como espaço para cães.

Transportes e mobilidade integrada: pensar a mobilidade é pensar a médio e longo prazo. Neste sentido, propomos a criação de dois parques de estacionamento gratuitos, junto da entrada da A5, no Estoril e em Birre, promovendo o *car sharing*, redução de tráfego no centro, antecipando a futura implementação do Metro Bus.

Limpeza urbana: finalmente, uma questão prática mais essencial, a instalação de contentores específicos para a recolha dos sacos de resíduos distribuídos pela Câmara Municipal de Cascais, evitando a acumulação desordenada junto aos contentores comuns, e melhorando significativamente a eficiência da limpeza urbana.

Posto isto, o Movimento “JONET – Cascais para Viver” vai-se abster, contribuindo assim para viabilizar o Orçamento deste Executivo.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Nuno Quartin, do “Cascais para Viver”. Dou a palavra ao Vasco Palha, do PSD.

**--- Vasco Palha (PSD) ---**

Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Junta e restante Executivo aqui presente, caros membros da Assembleia, caros munícipes aqui presentes:

Este Plano de Atividades engloba contributos de vários Partidos políticos, e daí, é um sinal claro dado por este Executivo. Nesse sentido, com diálogo, ao acolher boas propostas para os Cascalenses.

Dizer-vos que no domínio do ambiente e espaço público – e queria tocar aqui principalmente em dois pontos, no ambiente e espaço público e na juventude – no ambiente e espaço público, o Plano de Atividades assenta

em princípios claros: a sustentabilidade ambiental e financeira, o rigor técnico, a eficiência operacional, inovação, proximidade com a comunidade. E um dos pontos mais relevantes deste Plano é mesmo a transferência da gestão operacional dos espaços verdes para a Cascais Ambiente.

Importa dizê-lo com clareza e sem preconceitos ideológicos: esta decisão não representa um afastamento da Junta de Freguesia, mas sim uma reorganização inteligente de competências. Anteriormente, não havia a hipótese de influenciar ou propor medidas de inovação, bem como melhorias motivadas por fenómenos extremos, como cheias, ondas de calor e outros, e com esta opção, a Junta liberta-se de uma carga operacional excessiva, podendo concentrar-se no planeamento, na proximidade, na fiscalização. A Cascais Ambiente acaba por ter escala em várias linhas – economia de escala, escala de gama e serviços, bem como disponibiliza à Junta serviços de informação e monitorização constante – isto será proposto também, possivelmente, futuramente, à própria Junta.

A gestão dos espaços verdes passa a estar centralizada numa entidade apenas, com mais meios técnicos, humanos e logísticos, a Cascais Ambiente também tem mostrado trabalho feito, e bem feito, há muitos anos nesta matéria, e por fim, evita-se a fragmentação anterior, em que coexistiam múltiplos prestadores de serviços, o que dificultava a gestão, e confundia sobretudo os fregueses. Existiam ruas, tal como o Sr. Presidente já referiu, há bocadinho, onde a Junta intervinha de um lado, e do outro, a responsabilidade era da Cascais Ambiente. Esta realidade era confusa, pouco eficiente e difícil de explicar a quem cá vive.

Esta mudança traz coerência territorial e clareza institucional. Ao mesmo tempo, esta passagem de competências é muito clara quanto ao papel da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia: fiscalizar, monitorizar, avaliar e representar os interesses da população. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia não abdicam da sua responsabilidade política, mas assumem-na de outra forma, mais estratégica e mais exigente.

E, naturalmente, sendo esta uma opção de grande complexidade, reconhecemos que a Cascais Ambiente poderá precisar de algum tempo de adaptação, mas esse tempo deve ser – e aqui faço um apelo – deve ser acompanhado de exigência, de avaliação permanente e de diálogo institucional pela Junta de Freguesia, sempre com o objetivo comum de dar um melhor serviço público aos fregueses.

Destaco ainda neste Plano de Atividades, na área do ambiente, a aposta clara na qualificação do espaço público, dos parques infantis, mais seguros, inclusivos, modernos, na gestão preventiva do risco ambiental e na requalificação da Ribeira das Vinhas. E aqui, faço um apelo especial à Sra. Deputada do Livre, pelos contributos que deu para este Plano de Atividades, este que é um *dossier* complexo, que é tecnicamente exigente e absolutamente prioritário para as várias zonas da freguesia. E aqui, também dou uma palavra de saudação ao Executivo, por este espírito de abertura e de colaboração com as várias forças políticas aqui presentes.

E aqui, de facto, o Plano demonstra visão de longo prazo, espírito construtivo e responsabilidade ambiental.

Toco-vos agora no eixo da juventude. E este Plano demonstra algo fundamental, que os jovens não são apenas destinatários das políticas públicas; são mesmo agentes ativos da comunidade. Este Executivo aposta na prevenção, na educação para a cidadania e na saúde pública, através de projetos como o “Amor Imperfeito”, o “Rumo Certo”, e a “Sexualidade Descomplicada”, todos estes que estão a ser desenvolvidos em parcerias com as escolas, profissionais de saúde e as forças de segurança.

Esta abordagem integrada é particularmente relevante num contexto de novos riscos sociais entre os jovens.

E num tempo onde alguns jovens da nossa freguesia são forçados a sair do nosso concelho, com vista a encontrar soluções de habitação, a Câmara Municipal de Cascais – e gostava de também deixar aqui esta palavra, porque tem muito a ver também com a nossa freguesia – tem procurado dar resposta a este problema, com construção de vários fogos de habitação municipal e a abertura de mais candidaturas de arrendamento municipal, e faço-vos esta referência porque parte considerável destes são mesmo da nossa freguesia.

E portanto, acho que aqui há uma solução também importante de ser referida, apesar de não constar diretamente deste Plano.

Mas, neste Plano, destaco também, e ainda, a requalificação e a dinamização da Casa das Associações, enquanto verdadeiro espaço de proximidade, trabalho de rede e de formação cívica, um local onde as associações juvenis podem crescer, cooperar e criar projetos com impacto real na comunidade.

A aposta nas associações juvenis, nas bolsas de talento, no Voluntariado Jovem, nos estágios profissionais e curriculares, em articulação com a Câmara Municipal e o IEFP, revelam uma visão muito importante: reter talento, criar oportunidades e dar aos jovens razões para se envolverem na vida da freguesia.

E, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, para finalizar, este Plano de Atividades não é apenas um conjunto de intenções; é um documento que, na ótica da Bancada do PSD, é coerente, é responsável, é politicamente consciente, e reforça o papel da Junta de Freguesia como entidade próxima, fiscalizadora, estratega, ao mesmo tempo que aposta em soluções modernas, sustentáveis e colaborativas.

E por estas razões, e com um sentido de responsabilidade institucional, a Bancada do PSD acompanha e defende este Plano de Atividades para 2026, convicta de que este serve bem Cascais e Estoril, e, acima de tudo, os fregueses.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Vasco Palha, do Partido Social Democrata. Duarte Abreu Loureiro, do Chega, se faz favor.

**--- Duarte Loureiro (Chega) ---**

Era meramente um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado que falou agora, Vasco Palha, se podia clarificar uma coisa que disse aí, na parte da educação, eu não percebi bem, leu um bocado rápido, e eu queria perceber exatamente aquilo que disse, quanto à parte da educação dos jovens. Eu ouvi alguma coisa, e não quero falar sem saber, se pudesse fazer o favor de vir aqui e reler, agradecia. Alguma coisa abordada da juventude, educação, e depois elencou aí uns pontos.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Duarte Abreu Loureiro. Pode sentar, depois o Vasco já vai responder. Vasco Palha, do PSD, se puder prestar esse esclarecimento.

**--- Vasco Palha (PSD) ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dar aqui nota, portanto, do pedido de esclarecimento. Creio que o Sr. Deputado Duarte Loureiro se estava a referir à parte da juventude, em que falei do Projeto “Amor Imperfeito”, da “Sexualidade Descomplicada”.

O Projeto “Sexualidade Descomplicada”, o que eu quis referir, e que seria importante esclarecer, o que está no Plano de Atividades é um plano que, essencialmente, diz respeito à propagação de doenças sexualmente transmissíveis. E portanto, este é um projeto que tem como objetivo promover junto dos alunos do ensino secundário – e estou a citar o que está no Plano – a saúde sexual, as boas práticas sexuais, a prevenção das DST, e possivelmente até planeamento familiar.

E portanto, naquilo que eu referi, eu creio que este é um projeto que está aqui no Plano de Atividades, e portanto, foi isso que eu referi, como um dos projetos do Plano de Atividades, e contemplado no Plano de Atividades.

É isto.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Vasco Palha, do PSD. Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega, para uma segunda intervenção.

**--- Duarte Loureiro (Chega) ---**

Nós agradecemos ao Sr. Deputado Vasco Palha pelo esclarecimento. Queria só pedir ao Sr. Presidente, se for possível, a certeza de que os temas que foram agora referidos pelo Sr. Deputado Vasco Palha são os únicos temas que constam do programa desta atividade.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Duarte Abreu Loureiro. Dou a palavra a Maria Ana.

**--- Maria Ana Barros (JONET) ---**

Já agora, aproveitando – porque isto agora, graças a Deus, com esta informalidade toda, como estávamos ali a esclarecer estas dúvidas do programa, e estávamos a fazer “sim” com a cabeça, o “Amor Imperfeito”, conseguem esclarecer?

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Não há diálogo. Pode fazer a questão, e depois, a seguir, alguém responderá.

**--- Maria Ana Barros (JONET) ---**

Eu não li, confesso, tenho estado na última semana, enquanto recebemos estes documentos, infelizmente estive internada, e tenho estado doente, e não esclareci. Eu não li, e assumo já que não li.

Pronto, era só esclarecer.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Há mais alguém que queira tomar a palavra? João Sande e Castro, do “Viver em Cascais”, se faz favor.

**--- João Sande e Castro (JONET) ---**

Obrigado, Sr. Presidente.

No fundo, no seguimento do que já aqui foi falado, na discussão aqui do Orçamento e do Plano de Atividades para 2026, queria apenas abordar dois pontos que me parecem importantes, e que um está, e outro não está no Orçamento.

Iria começar pelo ponto que está, pelo ponto da educação, e que leva uma fatia substancial do Orçamento da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, são cerca de 2.000.000€, para um Orçamento global de 6.000.000€ - portanto, estamos a falar de cerca de um terço do Orçamento.

E isto acontece, por quê? Porque há, no fundo, atividades especialmente importantes, ou competências especialmente importantes, delegadas nas Juntas de Freguesia, relativamente à parte dos tempos extracurriculares nas escolas, sobretudo do 1.º ciclo, mas também do 2.º ciclo.

E o que é que acontece neste âmbito? Bem, eu iria começar por ser pedagógico, eu tenho filhos nas escolas públicas – tenho três filhos nas escolas públicas do concelho, um deles numa escola da freguesia, a mais nova, que tem sete anos, e que está numa escola da freguesia – e todos passaram por estas atividades.

Começamos pelas AAAF's – Atividades de Animação e de Apoio à Família, e que dizem apenas respeito ao pré-escolar. Depois, temos as CAF's – Componente de Apoio à Família, que está no 1.º e no 2.º ciclo, e tem a ver com as horas antes do período letivo e a seguir ao período letivo, e nas interrupções letivas. E depois, por fim, temos as AEC's – Atividades de Enriquecimento Curricular, que é, no fundo, aquele período do dia

a seguir ao almoço, e antes do final da tarde, do 1.º ciclo, em que as crianças estão na escola, e que o Legislador previu que pudessem ser aproveitados esses tempos para atividades de caráter cultural, desportivo e outras.

Peço desculpa por fazer este introito um pouco pedagógico, mas para mim, esta nomenclatura era absolutamente chinesa, antes de eu ter as crianças nas escolas, e só aos poucos me fui habituando a elas. E portanto, quem não tem filhos ou netos nas escolas do 1.º ciclo, com certeza que também terá dificuldade na decifração destas siglas.

Mas, isto era para dizer o quê? O que está na Lei, sobretudo ao nível das Atividades de Enriquecimento Curricular, o espírito da Lei é que naquele período entre as três e as cinco da tarde, as crianças possam ter atividades de caráter desportivo, de caráter cultural, de caráter recreativo, mas, efetivamente, mais com atividades no âmbito desportivo e cultural, e para que estas atividades sejam feitas, ainda dentro do horário escolar, ainda no decorrer da luz do dia, e que não seja como acontece em Portugal, que as crianças saem da escola às cinco da tarde, vão para o treino às seis da tarde, chegam a casa às sete e tal, têm de se arranjar, tomar banho, já não há tempo para trabalhos de casa, ou fazem os trabalhos de casa e deitam-se cansadíssimas, e não é um sistema que funcione bem.

Na Alemanha, as crianças entram na escola às oito da manhã, saem às três da tarde, com toda a atividade desportiva feita, e toda a atividade cultural.

E nós, sobretudo em Cascais, temos imensos clubes desportivos, imensas associações culturais que oferecem dança, que oferecem música, que oferecem teatro, que oferecem imensas outras atividades, e no âmbito desportivo, então, há dezenas de atividades desportivas que é possível praticar. E acho que seria um objetivo bom para uma Junta de Freguesia e para uma Câmara Municipal, em que, aparentemente, têm alguma folga financeira, poder fazer protocolos com as Juntas de Freguesia, protocolos com os clubes e associações culturais da zona, para que pudéssemos, pelo menos nesta parte das Atividades de Enriquecimento Curricular, termos projetos com fundamento pedagógico, desportivo, mas desporto federado, e que efetivamente seja um treino desportivo à séria, com atividades de que os miúdos gostem, com atividades em que os miúdos sentem vocação, que haja música, mas música a sério, com atividades para os miúdos que sentem vocação para a música, ou para os miúdos que sentem vocação para o teatro, ou para dança, ou para o que for, que isso possa ser feito, e isso é possível de ser feito. Para poder ser feito, tem de haver parcerias com os clubes locais – e graças a Deus, em Cascais há muitos, e com muito boa qualidade. E isso aí, acho que teria de ser um caminho a seguir no futuro – não digo que nós cheguemos, amanhã, ao nível da Alemanha, mas acho que seria um bom objetivo no futuro, não termos as crianças a chegar tarde a casa, porque estiveram no treino – e então se formos para jovens um bocadinho mais velhos, um jovem de catorze anos que queira praticar uma atividade desportiva, muitas vezes chega a casa às dez da noite, o que é absolutamente disparatado – perdoem-me a expressão. Não é, de facto, razoável que um jovem chegue a casa às dez da noite, para depois ainda ir tomar banho, jantar, dormir. Já vai dormir pouco, já vai estudar pouco, já vai chegar cansado, isto não é sistema. E é muito habitual, nos jovens de catorze, dezasseis anos, deitarem-se muito tarde e acordarem às sete da manhã, porque as aulas são cedo.

Portanto, acho que era um passo que era bom a Junta, no futuro, vir a enveredar por esse caminho.

Quanto à outra parte que eu ia falar, dos espaços verdes, que não está no Orçamento – infelizmente, não está – aqui, devo dizer, não posso concordar com a opção tomada pela Câmara e pela Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, mas, em primeiro lugar, pela Câmara, de ter retirado a gestão dos espaços verdes às Juntas de Freguesia, e ter passado para uma empresa municipal. E não posso concordar porque se há assunto que deve ser tratado com proximidade, é justamente o cuidado com os espaços verdes, e isso deixa de acontecer. Claro que há uma concentração de meios que é positiva, mas se formos pelo argumento da concentração de meios, então que se tire tudo à Junta e ponha-se na Câmara, que se tire tudo à Câmara e ponha-se no poder regional. Quer dizer, onde é que para a concentração de meios? Não, há coisas que funcionam melhor perto das pessoas. E o cuidado com os espaços verdes funciona melhor perto das pessoas.

E sobretudo tenho aqui uma dúvida muito grande sobre a eficácia das empresas municipais na gestão dos espaços verdes, porque, no fundo, sabemos que não têm pessoal suficiente para tratar dos espaços verdes no concelho todo – o concelho é muito grande. O que é que vão fazer? Vão adjudicar a empresas que operam no mercado, através de concurso público – esperemos – coisa que a Junta também poderia fazer, mas assim é a empresa Cascais Ambiente a fazer, sendo que a empresa Cascais Ambiente é muito menos fiscalizada do que uma Junta de Freguesia. É porque numa Junta de Freguesia estamos cá nós, as Assembleias de Freguesia, todas as Assembleias de Freguesia, que podem fiscalizar o Executivo, que podem fiscalizar as decisões, que podem fiscalizar os procedimentos, e há aqui uma fiscalização política do que está a ser feito. Ao nível de uma empresa municipal, é muito difícil a fiscalização dos procedimentos, mesmo por parte da Assembleia Municipal, mesmo por parte da sociedade civil, mesmo por parte da comunicação social.

Portanto, é um órgão mais fiscalizado, que tem vocação para o fazer, e que faria todo o sentido que estas competências estivessem efetivamente nas Juntas de Freguesia. E creio que foi uma muito má opção, elas terem passado para uma empresa municipal.

Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, João Sande e Castro, do “Viver em Cascais”. Dou a palavra, então, a Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal.

**--- Carlos Mesquita (IL) ---**

Muito obrigado. Saudações a todos os presentes. É com grande prazer que faço a minha primeira intervenção aqui. Não tenho um discurso preparado, nem vou comentar detalhadamente todos os programas que estão no Plano de Atividades, que são bastantes, e muitos deles interessantes.

Mas, gostava de fazer dois comentários construtivos, na nossa perspetiva.

Um deles é sobre a questão das métricas e dos objetivos. Os programas são múltiplos, mas achamos muito importante que os programas tenham objetivos e sejam medidos.

E o segundo aspeto, que encaixa neste, é que sejam, a bem da transparência, públicos, publicados, e que possam ser acompanhados por todos os munícipes.

Nós teremos também propostas que não apresentámos, porque sabemos que também não seriam possíveis de incluir nesta fase da orçamentação, mas teremos oportunidade, até porque o Executivo mostrou abertura de colaboração, o que registamos com apreço, e que futuramente iremos fazer as nossas propostas, com todo o gosto.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal.

Portanto, agora, não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Francisco Kreye, para terminar este ponto da ordem de trabalhos.

**--- Presidente do Executivo ---**

Sr. Presidente, obrigado.

Procurarei ser breve, agradecendo desde já os contributos de todos os membros, e todas as intervenções de todos os membros da Assembleia.

De facto, confirmar aquilo que foi a intervenção da Sra. Deputada Maria João Fialho Gouveia, a Rota Cultural, e aquilo que é a oferta também cultural, que podemos não só e apenas pensar no visitante e no turista, mas também proporcionar essa experiência aos locais, aos fregueses. Tenho a certeza que aquilo que é a percentagem da população que não conhece a história tão rica da nossa freguesia e do nosso concelho, e aquilo que se passou ao longo dos séculos e da história, tenho a certeza que é uma percentagem muito alta, e que será certamente algo valorizado pela população, e poderemos chegar a esta oferta cultural é algo que vai merecer o nosso empenho e o nosso destaque.

Agradecer também todas as intervenções da Filipa, todas as palavras. São, de facto, áreas onde apostaremos.

Aquilo que foi a requalificação das ribeiras, foi um trabalho de investimento de largos milhões por parte da Câmara Municipal de Cascais, e hoje, a requalificação das ribeiras é uma realidade no nosso concelho. Há pouco mais de uma década, as ribeiras apresentavam um estado de degradação e de poluição muito

elevado, situação que hoje não se verifica, mas há sempre oportunidade de melhoria. E esta comissão técnica, e estes avanços que fazemos na área ambiental, é algo que, certamente, dentro de anos, continuará a dar frutos.

Ao Sr. Deputado Miguel Lima, e relativamente às palavras que aqui endereçou, também dar os meus agradecimentos.

Relativamente ao Programa “Mergulha por Cascais”, ele iniciou-se em 2021. Neste momento, o programa prevê oito limpezas subaquáticas por ano, e desde 2021, já envolveu cerca de mil voluntários, desde mergulhadores certificados, apoios em terra, *stand-up padel* – quem transporta o lixo entre o mergulhador e o apoio terra. Eles vão agora encerrar, mas assim que abirmos – eu já assisti a estas sessões como cidadão, não propriamente em exercício de funções, mas farei questão de endereçar convite a todos os membros da Assembleia de Freguesia, é dinamizado pelo Movimento “Claro”, e é altamente transformador ver o trabalho que é realizado, a consciencialização ambiental que ali é feita, confesso-vos que já vi quase tudo ser transportado do fundo do mar, desde trotinetes a carrinhos de compras, a pneus, infelizmente também muito lixo provocado pela atividade piscatória, é a realidade que temos. Mas, o envolvimento de tantos jovens, tanta gente – e não levem a mal o que vou dizer, porque é uma crítica a mim próprio – que fora da nossa bolha política e dos Partidos, se envolve neste esquema de voluntariado, é, de facto, muito gratificante assistir ao trabalho que o Movimento “Claro” ali efetua.

Relativamente ao Sr. Deputado Nuno Quartin, subscrevo e reforço aquilo que aqui foi dito, é algo muito arcaico, e por muito que nós gostássemos que fosse diferente, mas a Lei obriga ao envio por carta, com aviso de receção, de toda a documentação da Assembleia de Freguesia. Acho que atualmente enviamos uma *pen*. A Lei obriga apenas a que seja enviado por carta, mas mesmo assim nós completamos com o envio por *e-mail*, para que vocês possam, obviamente, consultar toda a informação de forma digital, poderem fazer o *download*, e trabalharem e escrutinarem da forma que vos é mais confortável, do ponto de vista digital. E mesmo só por esse motivo – há pouco, a Maria João falava em quarenta e cinco dias de mandato, mas, na verdade, tivemos muito menos, porque para enviar tudo por carta, devíamos estar a trinta e cinco dias, ou um mês de mandato, para que fosse possível enviar tudo por carta, e chegasse a vossa casa atempadamente.

Nesse sentido, tudo aquilo que foi o conjunto de propostas apresentadas pelo “Cascais para Viver”, aceitaremos com todo o gosto uma comissão de acompanhamento dessas mesmas propostas, para que possamos fazer a avaliação em conjunto, do ponto de vista técnico, se é possível, se não é possível, se aquela rua tem dimensão para ter um abrigo, se não tem dimensão para ter um abrigo, se aquele parque, instalando lá novos equipamentos, pedimos parecer técnico, se aquele brinquedo respeita o distanciamento, ou não respeita o distanciamento, qual é o tipo de piso mais indicado, considerando o tipo de arvoredo que ali está. Estamos completamente disponíveis para acompanhar, proposta a proposta, obviamente desde que dignifiquem sempre o espaço público.

O exemplo do programa de *grafitis*, é um programa que também vale a pena aprofundar, penso que até esteja no último ponto das informações do Presidente. Na altura, a União das Freguesias de Cascais e Estoril foi pioneira neste combate àquilo que não é arte urbana, aquilo é outra coisa que não é arte urbana. Mas, este *grafiti*, que são aqueles *tags* que nós vemos, e que degradam o espaço público. Agora temos aí um novo, antigamente era o Nokia, agora é o Surdo, que adora grafitar tudo o que é esculturas, tudo o que é património cultural e peças de mobiliário urbano que têm um valor financeiro muito elevado, temos o Surdo, que adora grafitar tudo, e nós andamos sempre a ver se conseguimos limpar tudo o que ele grafita. E o relatório é absolutamente impressionante, todos os dias é enviado, e tem uma taxa de resposta altamente elevada, naquilo que é a limpeza dos *grafitis* na nossa freguesia.

Sr. Deputado Vasco Palha, a fiscalização dos espaços verdes, queria aqui reforçar, que também foi tocado – e aqui responderei também a algumas questões do Sr. Deputado João Sande e Castro – no que toca aos espaços verdes, reforçar que a fiscalização dos espaços verdes, essa sim, continua uma competência da Junta de Freguesia. Também não reforcei na apresentação deste ponto, que tudo o que seja parques infantis, a manutenção dos parques infantis também passará para a Cascais Ambiente. No entanto, aquilo que são as despesas de capital, essas são reforçadas. Tudo o que seja aquisição de novos equipamentos para os parques infantis, requalificações, essas continuam na nossa competência, e neste caso até reforçada, de 211.263€, para 350.000€. E os correntes, esses sim, que era a manutenção, são retirados do Orçamento.

Relativamente ao Projeto “Sexualidade Descomplicada”, e as doenças sexualmente transmissíveis, também respondendo à questão do Duarte Abreu Loureiro, é exclusivamente isso. Enquanto autarcas, partilho uma das visitas que mais me marcou na campanha eleitoral, e quando tive oportunidade de falar com o membro do Executivo, Simão, responsável pelo pelouro da juventude, falámos sobre este assunto, e eu não podia concordar mais com ele.

Uma das visitas, e que recomendo, é à nossa instituição “Ser Mais”, que é, aliás, com quem iremos desenvolver este programa do Projeto “Sexualidade Descomplicada”. É impressionante o número, e o crescimento do número de pessoas infetadas pelo vírus da SIDA, e do HIV, e as pessoas seropositivas. É uma instituição fantástica, que desenvolve um trabalho com pessoas que, infelizmente, seja através do consumo de drogas, seja através do desuso progressivo do preservativo, foi uma questão que nós sentimos que se deixou de falar com a frequência que se deveria usar, no sentido de proteção, e não tem outra mensagem ideológica ou política camuflada, pelo contrário, queremos simplesmente consciencializar, do ponto de vista do planeamento familiar. Este “Ser Mais” faz rastreios gratuitos, garantindo o anonimato da pessoa, ninguém pergunta de onde é que a pessoa vem, quem é, qual é o número de contribuinte; a pessoa pode entrar, faz o rastreio gratuito, vai-se embora à vida dela. Se for uma pessoa que esteja infetada, tem todas as respostas sociais – porque não é um psicólogo que está habituado a lidar com questões normais, este é mesmo um psicólogo especializado – também multiplicou a sua oferta para pessoas em situação de sem-abrigo. Hoje em dia, o “Ser Mais” é casa de dia, onde todas as pessoas em situação de sem-abrigo podem ir tomar banho, podem fazer a sua higiene pessoal. Fica na zona do Bairro J Pimenta, muito escondido, pouca gente conhece o “Ser Mais”. Eu, em ritmo de campanha, achava que ia lá um bocadinho,

e acabei por ficar lá quase a manhã toda. Vale a pena mesmo visitarem, porque fazem um trabalho absolutamente fantástico.

E penso que não faltará muito mais.

João Sande e Castro, respondi a parte. Educação, relativamente àquilo que são as AAAF's, as CAF's e as AEC's, que aqui disse, estamos provavelmente a falar dos maiores ganhos da escola pública, neste apoio à família, que não existia. A escola pública conquistou esta oferta educativa, que é uma resposta da Junta de Freguesia – e que este Orçamento, aliás, reforça. E dizer-lhe que procuramos precisamente esse trabalho com clubes e associações desportivas, é algo que já fazemos, convidamos os nossos clubes da freguesia a fazerem parte desta oferta, no apoio às AAAF's, às AEC's e às CAF's.

Aliás, partilhar com vocês que este programa, que carinhosamente chamamos de CTI – Crescer a Tempo Inteiro, ele nasce de um estudo muito aprofundado – para quem não conhece – do Prof. Carlos Neto, estamos provavelmente a falar de um dos maiores pensadores da educação, em que Cascais foi o primeiro Município a adotar aquilo que foi o documento redigido, de anos e anos – e estamos a falar de um dos maiores génios, para mim é um ídolo, apaixono-me cada vez que falo do Prof. Carlos Neto, que redigiu este programa específico para o Município de Cascais, em que defende exatamente aquilo que o João Sande e Castro disse aqui, dar o maior número de experiências às crianças, numa idade muito específica, em que nós sabemos que eles absorvem tudo, desde a música à cultura, ao desporto, às mais variadíssimas formas de pedagogia, Carlos Neto defende isso. E o Concelho de Cascais é o primeiro a aplicar o programa do CTI – Crescer a Tempo Inteiro.

E por isso, também vos convido a aprofundar um bocadinho melhor aquilo que é feito.

Concentração de meios, espaços verdes: dizer também ao Sr. Deputado João Sande e Castro que esta passagem das zonas verdes para a Cascais Ambiente não será certamente, da nossa parte, um cheque em branco. Como disse, continuaremos a ter a função de fiscalizar, e não funcionando, estamos cá para reavaliar.

Agora, adotar a mesma estratégia, e esperar resultados diferentes, não é certamente a nossa posição. Por isso, vamos alterar a estratégia, para tentarmos obter resultados diferentes. E se percebermos que não temos ganho de causa com esta mudança, também estamos cá para refletir, reavaliar, e, se necessário, voltar a alterar.

Também dar-vos nota de que, neste aspeto, cumpriremos os contratos que foram feitos por contratação pública, e com certeza aprovados pela Assembleia de Freguesia no mandato anterior, em que as duas empresas prestadoras de serviços, uma termina efetivamente agora, no final deste mês, no dia 31 de dezembro, que é a da Freguesia de Cascais, que é a empresa Perene, e a Sograma, que foi a vencedora do contrato público, que o contrato termina a 28 de fevereiro de 2026 – e posso dizer-vos que o valor por metro quadrado, daquilo que foi contratado, numa contratação pública plurianual, de 2021 a 2025, estamos

a falar de valores por metro quadrado de 0,09€ a 0,10€ o metro quadrado, e que, de facto, muitas vezes tornam o nosso trabalho, e o resultado que depois vemos na rua, aquém daquilo que nós queremos prestar aos nossos fregueses.

Para terminar, Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal, métricas de avaliação, não podia concordar mais. No mandato anterior, aquilo que eu também tentei fazer, como Vereador, foi a cada política pública, em cada investimento feito, haver sempre uma métrica que acompanhe e que justifique o por quê daquela política, daquele valor investido, em que é que efetivamente tocou, não tocou. Tenho a certeza que cresceremos, vamos crescer ao longo do exercício do mandato, nesse exercício de transparência, nesse exercício de reporte.

Em política, em Portugal, fala-se pouco de *data base*, dessa consulta de dados e de métricas, que, com certeza, este Executivo trará novo apor e nova centralidade de dados, neste tal ímpeto de modernização administrativa de que também falei, há pouco, na apresentação deste Plano de Atividades.

Nesse sentido, Sr. Presidente, penso que abordei todas as intervenções e todas as questões levantadas pelos Srs. Deputados, e termino assim a minha intervenção.

Obrigado, Sr. Presidente.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta.

Penso que estamos em condições de proceder à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026. Quem se manifesta contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Partido Socialista, o Livre, o Chega, e o “Cascais para Viver”. Quem vota a favor? Vota o PSD, o CDS e a Iniciativa Liberal, com entrega de declaração de voto por escrito. Portanto, aprovado por maioria.

Tenho uma proposta apresentada, para que estes dois pontos sejam discutidos em conjunto, penso que tratam de assuntos análogos, e portanto, podem ser discutidos em conjunto, e depois votados em separado. Se ninguém se opuser, assim faremos.

**Ponto n.º 4**, Ratificação da Proposta 226/2025 – Adenda ao acordo de parceria para o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Componente de Apoio à Família (CAF) para o 1.º ciclo do ensino básico entre o Município de Cascais e a JFCE – Ano letivo 2025-2026.

**Ponto n.º 5** da ordem de trabalhos, Aprovação da Proposta 237/2025 – Celebração de protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia de Cascais e Estoril e a Empathy Voices, Lda.

Juntamos a discussão, e depois a votação em separado.

**--- Presidente do Executivo ---**

Sr. Presidente, muito obrigado.

Serei muito breve naquilo que é a discussão destes pontos.

Dar-vos só uma nota sobre o Ponto n.º 5, acho que do ponto de vista da publicidade, toda a gente conhecerá a empresa Auditive, que são provavelmente os líderes de mercado. Eu não ganho qualquer comissão de publicidade relativamente à Auditive, que isso fique registado, mas fomos abordados, de facto, pela empresa, no sentido de escolha de entidade parceira, para que pudessem desenvolver a sua vertente social de empresa. E nós, e muito bem, em que termos, em que é que se baseia esse protocolo, e tem sido um apoio, de facto, de questões que eu desconhecia, problemas auditivos afetam mais de um milhão de portugueses.

Nós, quando falámos aqui, há pouco, de um trabalho tão premente junto dos Espaços Sénior, e de uma população mais envelhecida, é uma empresa que, através deste protocolo, presta de forma gratuita todos os rastreios auditivos, com uma tecnologia – entretanto, fiquei um bocadinho especialista nisto, uma coisa é o amplificador, que aquilo não tem nada a ver com o tipo de aparelho auditivo que tem. E, de facto, estamos a falar de valores que são cinco vezes superiores a um amplificador, que se pode adquirir entre os 700€ e os 1.000€, um aparelho auditivo custa entre 5.000€ a 8.000€.

E ficou o compromisso, através deste protocolo, que a alguns utentes identificados pelas nossas assistentes sociais, a Auditive faz efetivamente a oferta deste equipamento aos nossos utentes, que, naturalmente, comprovado e verificado pelas assistentes sociais, são pessoas em circunstância de carência económica, que possam ser beneficiárias deste aparelho.

Há quem diga que é, de certa forma, desnecessário este protocolo vir à Assembleia de Freguesia, mas por quê? Porque muitos dos Executivos acabam por pedir à Assembleia de Freguesia que dê autonomia ao Executivo para estabelecer este tipo de protocolos, na decisão e no exercício das suas funções. Eu não me importo de trazer à Assembleia de Freguesia, até faço questão; a questão é que, muitas das vezes, os protocolos podem ficar bloqueados, à espera que a Assembleia de Freguesia se realize. E pronto, é o que é, não me importo, está tudo bem com isso.

E é esta a justificação, Sr. Presidente, deste protocolo do Empathy Voices, que estamos a falar da introdução da escola – temos uma nova escola que é parceira, que é a Aldeia de Juso, que junta, a pedido, por convite do Agrupamento, a Associação de Pais, daí o Ponto n.º 4.

Sr. Presidente, obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Obrigado, Sr. Presidente.

Dou a palavra a Diogo Torres, do Partido Socialista.

**--- Diogo Torres (PS) ---**

Quero cumprimentar a todos, e desejar votos de um bom mandato. É a minha primeira intervenção, e prometo ser breve, curto e conciso em todas as minhas intervenções, porque não tenho paciência para mais.

Começando por aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer, acho muito proveitoso que todos os protocolos venham aqui, para podermos escrutinar democraticamente todas estas questões.

E neste protocolo, surgiram algumas dúvidas ao Partido Socialista, que o acompanha totalmente, mas que ficou aqui com algumas questões, nomeadamente na discriminação dos descontos aos beneficiários, que vai desde 10% a 50%, e noutra alínea, de 10% ou 50%. Fica aqui em questão como é que é aferido esse desconto, e também temos aqui uma questão, se existem alguns custos para a Junta de Freguesia com este protocolo, que é uma questão que nós gostávamos de ver clarificada.

Para além disso, queríamos também perguntar sobre a bolsa solidária que é mencionada, o que é que existe hoje na bolsa solidária, quantos aparelhos auditivos temos nessa bolsa solidária, e como é que vai ser, no futuro, constituída e reforçada esta bolsa solidária.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Diogo Torres, do Partido Socialista. Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega. Muito obrigado, está dispensado. Filipa Marques, do Livre.

**--- Filipa Abraham-James (Livre) ---**

Ora bem, relativamente ao Ponto n.º 4, nada a opor.

Relativamente ao Ponto n.º 5, que prevê a aprovação do protocolo entre a Junta e a Empathy Voices, eu tenho algumas considerações.

Não obstante a nobreza do objetivo, a melhoria da qualidade de vida de pessoas com problemas auditivos, através da disponibilização de rastreios auditivos gratuitos, de doação de dois aparelhos auditivos e da concessão de descontos sobre o preço tabelado, existem várias questões que precisamos de pensar.

Desde logo, a Empathy Voices, Lda., viu a sua atividade suspensa, com inibição de atendimento ao público, a 7 de agosto de 2019, conforme circular informativa da Direção Regional de Saúde dos Açores, nomeadamente por se verificar a inexistência de profissionais de saúde nos rastreios.

Acresce ainda a existência do Processo PCO/2015-2022, instaurado pela Entidade Reguladora da Saúde, em 21 de dezembro de 2022, que veio a ser arquivado mediante o pagamento de coima, por violação do princípio de transparência.

Existem igualmente múltiplas queixas registadas no Portal da Queixa e junto da DECO, incidindo invariavelmente sobre a situação em que filhos e netos reclamam a contratação de créditos por parte de pais ou avós, no decurso de avaliações gratuitas, sem que estes tivessem plena consciência dos compromissos assumidos.

Considerando que o público-alvo destes rastreios é maioritariamente uma população envelhecida, muitas vezes sem a capacidade de discernimento, torna-se essencial salvaguardar de forma efetiva os direitos e os interesses do consumidor.

Por outro lado, o protocolo prevê uma obrigação por parte da Junta de conceder, e cito, apoio financeiro na aquisição de aparelhos, no âmbito da sua intervenção social, o que poderá limitar a liberdade da Junta na procura de alternativas eventualmente mais adequadas ou vantajosas existentes no mercado.

Por último, verifica-se que o protocolo não especifica, nas obrigações da Empathy Voices, Lda., os termos concretos da prestação de serviço. Ora, tratando-se de aparelhos auditivos, e não os amplificadores sonoros, importa ter presente o disposto na norma informativa conjunta do Governo, INFARMED e ASAE, que determina que rastreios, exames e consultas de diagnóstico apenas podem ser realizados por profissionais de saúde devidamente habilitados e credenciados, designadamente médicos especialistas em otorrinolaringologia e audiologistas.

Assim, considero que o protocolo deverá prever expressamente que os rastreios sejam realizados exclusivamente por profissionais de saúde habilitados e credenciados, que a empresa cumpra integralmente todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, e que exista uma obrigação clara de respeito pelos direitos e interesses legítimos da população, incluindo de forma inequívoca o direito a uma informação verdadeira, completa e transparente.

Obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado. Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal, se faz favor.

**--- Carlos Mesquita (IL) ---**

Para além das preocupações que já foram apresentadas, eu gostava de colocar uma questão genérica, relativamente aos protocolos, que eu acho que era importante procurar definir critérios de adjudicação – que não é o caso de uma adjudicação, mas de estabelecimento destes protocolos. Portanto, eu acho que é importante que se defina genericamente por que é que estabelecemos este tipo de protocolo. Obviamente que, neste caso, há um interesse público, que é normalmente a justificação destes protocolos, mas sempre

o por quê, quais são os critérios, por quê a empresa A ou a empresa C. E, neste caso, a empresa abordou a Junta, e a Junta achou por bem, que as condições seriam favoráveis, mas colocando uma questão semelhante à colega Filipa, é precisamente por que é que se vai limitar a abordagem de outras empresas com características semelhantes, ou se pode aparecer amanhã uma outra empresa, a dizer que também quer prestar os mesmos serviços, e nesse caso, teremos as duas ou mais empresas em concorrência, a fazerem os rastreios auditivos.

E portanto, era só para perceber se há alguma limitação nesse aspeto, e depois, também quais são os critérios de estabelecimento dos protocolos, que eu acho que era interessante também se definir.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado. Manuel Ramos Lopes, PSD, se faz favor.

**--- Manuel Ramos Lopes (PSD) ---**

Muito obrigado por me ter dado a palavra, Sr. Presidente.

Eu não conheço a empresa, não faço a mínima ideia de quem são os promotores da empresa. De qualquer dos modos, eu acho que estes poderes de estabelecer protocolos, na parte que não implica nenhum ónus para o erário público, parece-me que é uma competência da Junta de Freguesia, do órgão executivo, desde que não haja, de facto, esse ónus.

Por outro lado, relativamente aqui a algumas questões que a Filipa Marques levantou, dizer o seguinte: eu fui aqui num instante ver uma situação, esta empresa está regulamentada pelo Banco de Portugal, com autorização em curso até ao final do ano de 2026, como intermediária de crédito. Portanto, pode fazer esses créditos. É uma empresa que está a funcionar, quer dizer, não vejo que tenha "cadastro". Eu sei que não disse, mas ou está licenciada e está a funcionar, ou não está licenciada e não deve fazer protocolos com a Junta. Mas, estando licenciada e a funcionar, não vejo que haja qualquer problema.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Manuel Ramos Lopes, do PSD.

Penso que não tenho mais nenhuma inscrição. Sr. Presidente, se quer terminar, dou-lhe a palavra.

**--- Presidente do Executivo ---**

Sr. Presidente, serei breve.

Confesso que se eu soubesse que este ponto, ou este protocolo, levantaria tanto problema, não sei se o teria trazido, e também não me importo de o retirar, não tenho qualquer problema. Por quê? Eu comprometi-me, achei por bem trazê-lo, caso fosse uma mais valia para a freguesia.

Isto é o seguinte: relativamente à cláusula segunda, e sobre a intervenção do Sr. Deputado Diogo Torres, refere que a bolsa solidária contempla dois aparelhos da bolsa social, por ano. Podemos clarificar isso, podemos retirar o protocolo de votação e clarificar isso numa próxima Assembleia de Freguesia, ou nem sequer trazer.

E relativamente a custos, não há qualquer custo, naturalmente, para a Junta de Freguesia de Cascais e Estoril.

As referências de mercado, estamos a falar aqui de uma questão de mercado aberto, qualquer empresa que venha por bem, fazer uma doação para benefício dos fregueses, a porta não é aberta, é escancarada. Ainda agora, no período em que vivemos, são N as empresas que prestam, e que fazem questão de se dirigir à Junta para prestar o seu apoio social, de todas as formas, para os nossos utentes, seja desde o bolo-rei, que foi oferecido pelo Rotary, desde a nossa comunidade estrangeira, de suecos, que compôs mais de cento e tal cabazes, num valor enorme, para as famílias identificadas pelas nossas assistentes sociais, como esta empresa, que fez questão de oferecer, ainda na semana passada, um aparelho a uma menina que tinha dezasseis anos, com uma surdez bastante considerável, em que já tinha recebido notificações à família de que a menina não conseguia acompanhar as aulas porque ouvia mal, e a Auditive ofereceu um aparelho, e a menina passou a ouvir bem, não consigo, sinceramente, fico aqui com algumas dificuldades existenciais, no exercício das minhas funções, em ver como é que este protocolo possa ser mau.

Eu disse que quiseram oferecer um aparelho, eu pedi à Isabel Santos, que é a nossa assistente social, que, por favor, identifique se há alguém dentro do nosso grupo de utentes que tenha problemas auditivos. Esta menina, eu até partilhei uma fotografia com ela, sem a expor e sem explicar que era ela, mas foi um gosto conhecer a menina e a mãe, que foram depois até convidadas para a Gala Auditive, que fazem ali no Salão Preto e Prata.

Quer dizer, não há aqui nada escondido, é tudo transparente e para o bem da população.

Sr. Presidente, se se achar que podemos esclarecer melhor as dúvidas, e cada um dos Partidos poder fazer as questões de forma escrita, podemos retirar o ponto. Senão, também podemos manter.

Mercado aberto, estamos disponíveis para qualquer empresa, e também as informações que temos, e podemos verificar também, todos os rastreios são feitos por profissionais de saúde. São essas as indicações que temos.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obviamente, há dois pedidos de esclarecimento, vamos aguardar, e depois decidir, mas será o Sr. Presidente da Junta a decidir.

Dou a palavra a Maria Ana de Barros.

**--- Maria Ana Barros (JONET) ---**

Relativamente a este protocolo, eu acho que todos nós tivemos dúvidas, mas percebo perfeitamente o ponto de vista, como diz, do ponto de vista humano e social, que relativamente às ofertas, a porta deve estar escancarada, e percebe-se isso.

Mas, já que estamos a falar de uma instituição que está disposta a oferecer, e defeito meu, assumo, profissional, dois aparelhos? Então, vamos lá tentar negociar um bocadinho mais. É só isto, a minha intervenção é esta. Dois aparelhos para uma população que, diz um estudo, tem um milhão com problemas auditivos, em Cascais nós temos entre cinquenta a sessenta mil habitantes, não sei qual é a percentagem de problemas auditivos, mas provavelmente tentar, então, se há um protocolo, tentar negociar um bocadinho mais, e não só apenas dois aparelhos auditivos. Se eles querem dar, pedia, então, se fosse possível, para mantermos os aparelhos auditivos, tentar fazer aumentar o número de ofertas, no âmbito da bolsa social.

Obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Maria Ana Morais de Barros, "Cascais para Viver". Agora, Ana Marques, do Livre, se faz favor.

**--- Filipa Abraham-James (Livre) ---**

Só quero clarificar, eu acho esta medida muito importante. Agora, o que eu achava importante era o protocolo reforçar as obrigações que a empresa tem de cumprir, visto que há tantas queixas que têm a ver com créditos por pessoas mais idosas, que contraem os créditos sem perceber o que é que estão a fazer, era reforçar no protocolo a necessidade de que haja médicos credenciados, conforme o INFARMED pede, e que, depois, haja um princípio de transparência para as pessoas, para não haver o caso de pessoas idosas estarem a contrair crédito sem perceberem, e depois os filhos e os netos vão fazer a reclamação.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Dou a palavra a Diogo Torres, do Partido Socialista, se faz favor.

**--- Diogo Torres (PS) ---**

Da parte do Partido Socialista, não há oposição nenhuma ao protocolo. Temos só questões que acho que são bastante práticas. E também gostávamos de reforçar a questão que fiz, há bocado, que tem a ver com o que é que existe na bolsa social de que fala o protocolo. Ou seja, além dos aparelhos auditivos, o que é que existe mais, também para termos conhecimento nesta Assembleia de Freguesia do que é que existe, em termos de bolsa social, deste tipo de aparelhos – podem também existir de outra natureza.

E era só isto. Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Diogo Torres, do Partido Socialista. Sr. Presidente, quer tomar a palavra?

**--- Presidente do Executivo ---**

Sr. Presidente, de forma muito breve, e se concordarem, eu farei só aqui uma breve nota sobre as perguntas que, entretanto, foram acrescentadas.

Recebi aqui informação que, de facto, em 2023 a Entidade Reguladora de Saúde aplicou uma contraordenação de 2.000€ por se operar numa unidade móvel. Portanto, era a unidade móvel onde eles faziam rastreio que não tinha o registo. Não foi nada relativamente à idoneidade, foi uma contraordenação que pode acontecer a qualquer empresário, que pode acontecer a qualquer comerciante, e isso não coloca em causa a sua idoneidade, ou a sua qualidade. Erros, todos cometemos.

Relativamente ao número, a Maria Ana, a Sra. Deputada que aqui falou, foi o número que ofereceram. É uma empresa que eu até gostava que pudessem conhecer, porque eles têm premente na sua política de empresa a questão social. Enquanto há muitas empresas que gostam de pôr no separador do *website*, no “Sobre nós”, e metem lá a questão social, e depois vai-se ver, e aquilo não dá nada, criam uma fundação, e depois a fundação faz tudo, mas nunca ninguém vê nada, estes não, estes aparecem com uma postura altamente humilde, chegam cá para oferecer um aparelho auditivo a uma pessoa que seja carenciada, nós indicámos, e aquilo foi feito.

Eu acho que há abertura, conhecendo-os, como eu tive oportunidade de falar com o CEO da empresa, são tão disponíveis – aliás, também fizeram questão de fazer uma grande doação às Conferências Vicentinas de S. Pedro e S. João, onde entregaram não sei quantos litros de azeite, cinquenta garrafas de azeite, porque sim. Quer dizer, isto não é um protocolo que eu traga aqui à Assembleia de Freguesia, mas posso-vos atestar que eles fizeram isto. Estive presente para agradecer o gesto também. Podemos, naturalmente, falar com eles.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o que eu proponho é votarmos o documento, e estamos disponíveis para receber questões que os Srs. Membros da Assembleia queiram ver esclarecidas, e se necessário, trazer uma adenda a este protocolo numa futura Assembleia de Freguesia.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito bem.

Passaremos, então, à votação, em primeiro lugar, do Ponto n.º 4 da nossa ordem de trabalhos, Ratificação da Proposta 226/2025. Quem vota contra, que se manifeste. Quem se abstém, que se manifeste. Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos, Aprovação da Proposta 237/2025. Quem vota contra, que se manifeste. O Livre e o Chega. Quem se abstém? IL e "Cascais para Viver". Quem vota a favor? Aprovado por maioria.

**Ponto n.º 6** da ordem de trabalhos, Proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia de Freguesia.

Sr. Presidente, se quiser uma pequena introdução sobre este ponto da ordem de trabalhos.

**--- Presidente do Executivo ---**

Sr. Presidente, apenas dizer que este é um mero pró-forma, não é nenhum ensejo deste Executivo, pelo contrário, é um documento que procedimentalmente vem no início de cada mandato, para que a aquisição e a elaboração de compromissos plurianuais, cada vez que o fizermos, não seja necessário ter de vir à Assembleia de Freguesia. É algo que se faz sempre, não é nenhum pedido da nossa parte, mas simplesmente dar maior flexibilidade e agilidade à execução de despesas.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Diogo Torres, do Partido Socialista, se faz favor.

**--- Diogo Torres (PS) ---**

Nós entendemos que a autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia de Freguesia que aqui nos é proposta é muito frágil e que não merece a nossa aprovação.

A questão é simples e deve ser assumida com clareza: deixou de existir uma maioria absoluta nesta Assembleia. Esta nova geometria partidária, resultante da vontade expressa pelos fregueses nas urnas, deve ser respeitada. E esse respeito traduz-se, desde logo, no reforço do escrutínio democrático. Foi isso que os fregueses exigiram com o seu voto, mais debate, mais transparência e maior envolvimento desta Assembleia nas decisões relevantes para a freguesia.

Acresce que esta autorização genérica representa um aumento muito significativo do montante possível de ser assumido em compromissos plurianuais, quintuplicando face a 2021 o valor então autorizado.

Trata-se, então, de uma alteração substancial, que não pode ser tratada como um mero ato formal.

Consideramos, por isso, esta proposta inaceitável. Na prática, configura um cheque em branco ao Executivo, que passa apenas a ter o dever de informar esta Assembleia dos compromissos assumidos, em vez de discutir e trazer a decisão deste órgão, como entendemos que deve acontecer.

Por estas razões, não acompanharemos esta proposta.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Diogo Torres, do Partido Socialista. Mais alguém quer tomar a palavra? João Sande e Castro, "Cascais para Viver".

**--- João Sande e Castro (JONET) ---**

Sr. Presidente, corroborar também aqui a opinião já expressa pelo Partido Socialista, que, na verdade, neste ponto, também alinha com a Oposição, e não com os Partidos que contribuíram para a eleição dos órgãos de freguesia, como aconteceu na instalação dos atuais órgãos de freguesia, e vemos com alegria essa mudança de atitude.

Mas, obviamente, temos as maiores dúvidas sobre esta necessidade de passar este cheque em branco, e de a Assembleia de Freguesia abdicar de uma componente tão importante da sua fiscalização. Acho que, de facto, é importante estes documentos e estes compromissos para o futuro poderem ser escrutinados por esta Assembleia, e nesse sentido, os documentos poderem ser aqui estudados e votados, uma vez que esta Assembleia também não tem uma capacidade de escrutínio, nos termos legais, não tem uma capacidade de escrutínio fantástica da Junta, se está a abdicar da pouca capacidade de escrutínio que tem, então há o perigo de se tornar totalmente vazia de poderes.

Portanto, nesse sentido, nós entendemos que nós não poderemos ser favoráveis a esta proposta, e naturalmente iremos votar em conformidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado.

Não há ninguém para tomar a palavra. Sr. Presidente, quer acrescentar mais alguma coisa? Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal, se faz favor.

**--- Carlos Mesquita (IL) ---**

Eu tinha só uma dúvida prática, que é que eu entendi que esta autorização era para contratos plurianuais. Mas, a minha dúvida é: estamos a falar de contratos plurianuais entre a Junta de Freguesia e o Município, ou em geral?

Pronto, era essa a dúvida que eu tinha.

Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Obrigado. Sr. Presidente da Junta, se faz favor, para dar os esclarecimentos que achar necessários.

**--- Presidente do Executivo ---**

Sr. Presidente, se a Assembleia decidir rejeitar esta proposta, cá nos encontraremos para aprovar contas de gás, de água, de impressora, e tudo o que daí advém, e contratos. São os contratos plurianuais, têm de vir todos à Assembleia de Freguesia, todos os contratos plurianuais – da EDP, telecomunicações, as impressoras, todos os contratos plurianuais que a Junta de Freguesia celebrar para o mandato, os ares-condicionados, economato, vem tudo à Assembleia de Freguesia.

Pronto, é só para que fique claro que é isto que estamos a votar.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente. Duarte Abreu Loureiro, do Chega, se faz favor.

**--- Duarte Abreu Loureiro (Chega) ---**

Eu queria começar por referir só agora este ponto, eu percebo o absurdo e o ridículo que possa parecer, virmos aqui conversar todos sobre contratos com a EDP; no entanto, eu digo, venho aqui dizê-lo, e digo-o a título pessoal, e julgo que pela minha lista de candidatos, nós fazemo-lo de muito bom grado. Todo o dinheiro que o Estado tem é do suor dos contribuintes, e por isso, nós temos muito bom grado em vir aqui, as noites que forem necessárias, para ter a certeza de que está a ser bem fiscalizado, e de que está a ser bem gasto. Terei o gosto de vir aqui ver-vos a todos muito mais noites, as que sejam precisas, para ter a certeza de que esse dinheiro é bem fiscalizado, para não correremos nunca o risco – e não estou a dizer que é o caso, tenho muito respeito por todo o efetivo da Junta, mas já sabemos dos casos, as impressoras custam 4.000€, ou custam 5.000€, é sempre bom cada um fazer o seu trabalho. A Junta tem de fazer o seu excelente trabalho, que tem desempenhado, no Executivo, e nós fazemos o nosso trabalho de fiscalização, acho que assim é que é a boa dinâmica de as coisas funcionarem.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega.

Há mais alguém que queira tomar a palavra? Manuel.

**--- Manuel Ramos Lopes (PSD) ---**

Sr. Presidente, muito obrigado por me ter dado a palavra.

Vamos lá ver uma coisa, a Lei das Autarquias Locais prevê as competências de cada órgão. À Assembleia de Freguesia compete fiscalizar, a Junta de Freguesia é o órgão executivo, ao qual compete a gestão corrente.

E portanto, eu acho que aqui, o que está em causa não é uma questão jurídica, é uma questão política. Mas, ao mesmo tempo, não se está aqui a ter em linha de conta aquilo que são as segregações de funções de cada um dos órgãos. Através da Assembleia de Freguesia, está-se a querer condicionar a ação do Executivo. Enfim, quem o fizer terá o ónus de perceber que o faz, é só isso.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Manuel Ramos Lopes, do PSD. Miguel Lima, do CDS-PP.

**--- Miguel Lima (CDS-PP) ---**

Uma vez mais, boa noite a todos.

Há pouco, estávamos a falar relativamente ao expediente de toda a informação relativamente às Assembleias, que passa pela entrega das atas, dos documentos, e a queixar-nos da celeridade, ou fraca celeridade do processo.

Nós, realmente, fomos eleitos aqui para representar os interesses dos nossos fregueses, acho que o fazemos, temos feito ao longo dos últimos anos, não creio que seja uma questão de ter maioria ou de deixar de ter, é uma questão de responsabilizar também os profissionais e os elementos que estão atualmente no Executivo. Para quê? Para terem mais agilidade no processo de decisão, para resolver determinadas situações que podem ser urgentes para os nossos fregueses, quer seja em escolas, quer seja em lares, seja onde for. Houve sempre respeito, até hoje, nós temos acesso às contas, há transparência. Podemos questionar-nos relativamente ao preço de obras de arte que são doadas à Junta de Freguesia, chegamos a esse ponto de detalhe e de pormenor.

Acho que fica à consciência de cada um de nós este voto, é algo em que, se tivermos de tornar o processo de decisão mais lento, que estejamos conscientes dessa lentidão.

Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado, Miguel Lima, do CDS. Álvaro Gil, da Iniciativa Liberal.

**--- Álvaro Gil (IL) ---**

Os contratos são públicos? Onde é que nós conseguimos vê-los?

Estou esclarecido. Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado. Manuel Ramos Lopes, do PSD, para segunda intervenção.

**--- Manuel Ramos Lopes (PSD) ---**

A Junta de Freguesia é uma entidade pública e sujeita ao Código do Procedimento Administrativo. Qualquer interessado pode, mediante requerimento feito à Junta de Freguesia, pedir a consulta de um documento, que tem dez dias úteis para prestar, designando o sítio onde o pode fazer, o local, a hora, faz parte do Código do Procedimento Administrativo.

Era só este esclarecimento.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado. Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega, se faz favor.

**--- Duarte Abreu Loureiro (Chega) ---**

Queria fazer duas breves notas.

A primeira para a Iniciativa Liberal, fico feliz de saber que perderam todo o ADN político.

E o segundo ponto, queria responder ao Sr. Deputado que falou agora. Nós não somos meros interessados, eu não sou interessado sobre as contas da Junta; eu tenho um dever maior do que um mero interessado. Eu não tenho interesse, eu não estou em casa, num domingo, a ler contratos; eu tenho um dever, como membro eleito, de fiscalizar. Não é um interesse. Eu acho bastante importante frisar isto bem, e deixar isto bastante claro, não é um interesse, é um dever. As palavras são muito diferentes, e eu gosto de dar às palavras o seu correto sentido.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado. Manuel Ramos Lopes, do PSD, para terceira intervenção.

**--- Manuel Ramos Lopes (PSD) ---**

Sr. Deputado, eu não estava a responder a si; estava a responder ao Álvaro Gil, que perguntou se o contrato era público, ou não, e eu limitei-me a responder que era, e é. Ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, qualquer pessoa pode pedir a consulta de um processo. Foi só, sem qualquer outro juízo de valor.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Muito obrigado.

Penso que estamos todos esclarecidos. Vamos proceder à votação, então, deste ponto da ordem de trabalhos.

Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos, Proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia de Freguesia. Quem vota contra, que se manifeste. PS, Chega e JONET. Quem se abstém?

IL e Livre. Quem vota a favor? PSD e CDS. Então, a votação deu o seguinte resultado: votos contra, dez (10), do Partido Socialista, do Chega e do "Cascais para Viver"; abstenções, três (3), da Iniciativa Liberal e do Livre; votos a favor, oito (8). Portanto, a proposta foi rejeitada.

Quer tomar a palavra a propósito de quê? Quer um pedido de esclarecimento à Mesa? Faça favor.

--- ??? ---

Sr. Presidente, desculpe lá, eu não queria ser muito picuinhas, mas a sua conta deu vinte e um, e nós só aqui estamos vinte.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia** ---

É indiferente para o resultado final. E portanto, como houve uma situação especial, uma ausência provisória, que não era decisiva para o resultado final, eu avancei, para não estarmos à espera, ou então, para anular a votação, e ter de fazer uma outra votação, só isso.

--- ??? ---

Sr. Presidente, então eu queria apenas que ficasse esclarecido que contou com o voto de um membro da Assembleia que não está presente na sala, e que, portanto, não votou.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia** ---

Se não está na Assembleia, não posso contar o voto. São sete (7) votos a favor.

**Ponto n.º 7, Informação escrita e financeira do Presidente da Junta.**

Como sabem, este ponto da ordem de trabalhos é por escrito, não tem votação, e está disponível para quem quiser fazer alguma questão, alguma pergunta ao Executivo.

Dêem-me só um segundo, para ler a minuta da ata. Vamos proceder, então, se não se importam, à leitura da minuta da ata da reunião da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cascais e Estoril, de dia 18 de dezembro de 2025.

**Leitura da minuta da ata.**

Às zero horas e quinze minutos foi lida e votada. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi votada por unanimidade.

Queria terminar, então, a nossa Assembleia, depois da minuta, agradecendo a todos, não só a vossa presença, a vossa colaboração, e espero que tenham percebido que o objetivo desta Mesa é ter uma postura de independência e uma postura de posição neutra em relação à discussão e à evolução do processo da própria Assembleia. Nós, aqui, obviamente temos voto, porque somos eleitos, mas como Mesa da Assembleia, mantemos a nossa posição de independência, e o nosso objetivo primordial é que ela decorra

em harmonia, com espaço para que todos apresentem a sua posição, e de forma a que ela fique gravada, para memória futura, com a visibilidade e com toda a tranquilidade.

Todos nós cometemos erros, eu peço desculpa pelas trocas de nomes que ocorreram, peço desculpa alguma confusão. Normalmente, eu tolero alguma liberdade, não sou muito formal na condução dos trabalhos da Assembleia, mas há alturas em que temos de ser mais rígidos, porque senão deixamos de ter regras, e isto sem regras também não funciona.


Portanto, agradeço a todos a vossa presença, a vossa colaboração e a vossa ajuda para que isto decorra com essa normalidade.

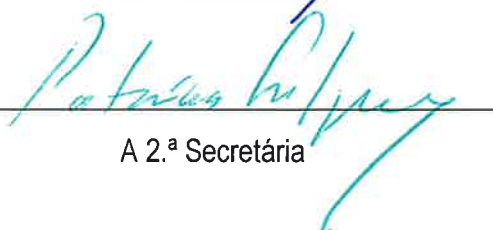
E não posso terminar sem deixar de vos desejar um bom natal e umas boas festas, para vocês, para a família, para todos, que tudo corra bem, com saúde e com normalidade.

Muito obrigado a todos.

Assim, deu-se por terminada a sessão, quando eram zero horas e quinze minutos do dia 19 de dezembro de 2025.

  
O Presidente da Assembleia de Freguesia

  
O 1.º Secretário

  
A 2.ª Secretária